



MOÇAS COM POMBOS, DE CÍCERO DIAS, ACERVO DO MNBA/RJ

Financiamento de projetos sociais e o drama do desemprego

Novamente, são duas as entrevistas do mês. Beatriz Azeredo, diretora do BNDES, fala sobre a consolidação de uma fonte de financiamento de longo prazo para projetos sociais, no âmbito da atuação do banco. Sérgio Mendonça, diretor-técnico do Dieese, lamenta a indiferença com que o governo recebe as sucessivas taxas recordes de desemprego no país.

páginas 3 a 5 e 10 a 12

ARTIGO

6 Os "fundamentalistas" e a vulnerabilidade externa, por Fernando Carlos Cerqueira Lima

ARTIGO

8 Plantas transgênicas e segurança alimentar, por David Hathaway

DEBATE

14 Tribunal da Dívida Externa - Veredicto

EM SETEMBRO

XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMISTAS
VII CONGRESSO DE ECONOMISTAS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

JORNAL DOS ECONOMISTAS

ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON-RJ,
IERJ E SINDECON-RJ

Diretor Responsável: Luiz Antonio Rodrigues Elias • **Conselho Editorial:** Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Mello de Oliveira, Ricardo Bielschowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, José Clemente de Oliveira • **Edição:** Conselho Regional de Economia-RJ • **Jornalista Responsável:** Ricardo Bueno (MT 61577/79) • **Jornalista Assistente:** Viviane Paula Viana • **Editoração Eletrônica:** Kátia Regina Fonseca - Telefax (021) 508-7367 • **Fotolito e Impressão:** Tipológica - Tel (021) 509-3366 • **Tiragem:** 20.000 exemplares • **Periodicidade:** mensal • As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL
DE ECONOMIA DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20054-900 - Tel: (021) 232-8178 - Fax: (021) 509-8121 - E-mail: coreconrj@ax.apc.org - Home page: <http://www.economistas.com.br>

Presidente: Eduardo Mendes Callado • **Vice-Presidente:** Reinaldo Gonçalves

Conselheiros Efetivos: Ronaldo Raemy Rangel, Eduardo Callado, João Paulo de Almeida Magalhães, Maria José Cyhlar Monteiro, Reinaldo Gonçalves, Carlos Francisco T.M.R. Lessa, Sidney Pascoutto da Rocha, José Clemente de Oliveira, João Manoel Gonçalves Barbosa • **Conselheiros**

Suplentes: Nelson Chalfun Homsy, Mauro Osório da Silva, Paulo Sérgio Souto, Sandra Maria Carvalho de Souza, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, José Antônio Lutterbach Soares, Luiz Mário Behnken, Enilce Leite Mello

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rua Treze de Maio, 23 - Grupo 1607 / 1608 / 1609 - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20031-000 - Tel: (021) 262-2535 - Fax: (021) 240-4366 - E-mail: sindecon@embratel.net.br - Home page: <http://www.economistas.com.br>

IERJ - INSTITUTO DOS ECONOMISTAS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20054-900 - Tels: (021) 224-0578 e 509-1077 - Fax: (021) 221-0958 - E-mail: ierj@ax.apc.org - Home page: <http://www.economistas.com.br>

EDITORIAL

O Tribunal da Dívida Externa apresentou seu veredicto no dia 28 de abril de 1999. A condenação chama atenção para a enorme transferência de recursos do Brasil para o exterior na forma de pagamentos de juros.

Nos quatro últimos anos a dívida externa brasileira cresceu de US\$ 150 bilhões para US\$ 250 bilhões, em abril de 1999. Pagamentos anuais de juros da ordem de US\$ 16 bilhões (em 1998) são insustentáveis e impõem um ônus elevado para a sociedade na forma de recessão, desemprego, tensão social, incerteza e desesperança. Crises cambiais recorrentes são o resultado do processo de endividamento externo.

Quando o governo comete erros graves de estratégia e de política, problemas cambiais graves transformam-se em crises econômicas e sociais. A experiência brasileira mostra que o agravamento de problemas sociais e econômicos, provocam crises políticas e institucionais. A aparente calma do período entre as crises recorrentes não pode nos iludir sobre a atual trajetória de instabilidade da economia brasileira, cujas causas principais são a abertura cambial e o endividamento externo promovido pelo governo.

A situação brasileira agravou-se a tal ponto que o governo tem um projeto de transformar títulos de curto prazo da dívida externa de grandes grupos

brasileiros em títulos de longo prazo. Mais uma vez, seguindo os passos do "Proer", o governo procura socializar os custos, desta vez como resposta à insolvência de grandes grupos brasileiros que se endividaram no exterior, fundamentalmente para entrarem no processo de privatização. No atual quadro de vulnerabilidade externa do país, é necessário que se amplie o debate sobre a condução da política econômica no sentido da ruptura da significativa desigualdade de renda e riqueza, provavelmente, a causa mais importante dos males que assolam o país.

Como foi explicitado no veredicto do Tribunal da Dívida Externa, a situação brasileira é "injusta e insustentável".

ECONOMISTAS NA ARGENTINA

III Encontro Internacional de Economia

Córdoba, 10 a 14 de agosto de 1999

Fundar as bases analíticas de uma economia antropocêntrica é o tema central do encontro que será realizado em Córdoba, Argentina, sob a coordenação do professor Dr. Luis Eugenio Di Marco, diretor-fundador do Centro de Investigações Econômicas de Córdoba. O encontro, que conta com o apoio de várias instituições, públicas e privadas, entre elas a Universidade de Córdoba, também prevê cinco mesas de discussão: *O papel do município num mundo em transformação; Política econômica e social; Globalização, pobreza e destino da América Latina, As perspectivas de uma economia solidária fundada no equilíbrio ecológico, Córdoba-Santa Fe-Entre Ríos, o "x" do Mercosul.*

Já estão confirmados os seguintes convidados: J.H.G. Olivera, G. de Bernis (Universidade de Grenoble), Jean Ivez Calvez, Aldo Ferrer (Universidade de Buenos Aires), Stephen C. Smith (George Washington University), Jagdish Bhagwati (Columbia University), Camilo Dagum (Ottawa), entre outros, e os Prêmios Nobel J. M. Buchanan, Amartya Sen e Gary S. Becker e vários líderes internacionais.

Mais informações: Tel. 54 351 4559400 ou 54 351 155 116 407 (falar com Patricia A. Mir) E-mail: luchodim@eco.uncor.edu

PROMOÇÃO

A Livraria FGV está oferecendo os livros abaixo com desconto para os economistas associados. São eles:

- *Dinâmica Macroeconômica*, de Mário Henrique Simonsen, Mcgraw-Hill, de R\$ 25,00 por R\$ 10,00.
- *Macroeconomia*, de Mário Henrique Simonsen e Rubens Penha Cysne, por R\$ 10,00. 1ª Edição.

Livraria FGV - Tel. 536-9105 - Praia de Botafogo, 188 - Rio de Janeiro

ARTE

Cícero Dias, pintor brasileiro (Recife PE 1908). Transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde estudou por algum tempo na antiga Escola Nacional de Belas-Artes. Começou a expor em 1927. Três anos mais tarde, viajou pela primeira vez para França, com bolsa de estudos, e nesse país passou a residir, a serviço do Itamarati, a partir de 1937, à exceção do intervalo da Segunda Guerra Mundial, quando esteve em Portugal e Brasil. Realizou no Recife, em 1948, o que alguns consideram a primeira manifestação de decoração mural abstrata na América do Sul. Possui obras em diversos museus nacionais, como o de Arte Moderna do Rio de Janeiro, e em coleções e galerias internacionais.

O *Jornal dos Economistas* reproduz serigrafia de Cícero Dias, *Moças com pombos*, área impressa 44,8 x 27,5 cm, graças ao convênio firmado com o Museu Nacional de Belas Artes para publicações de gravuras do seu acervo e de artistas representativos. Foto de João Diaz.

NOVO TELEFONE

O Corecon/RJ
está de telefone novo:
(021) **232-8178**

BIBLIOTECA

Atenção!

A Biblioteca Eginardo Pires está funcionando em novo horário:
Segundas, Quartas e Sextas,
das 12h às 18h.
Terças e Quintas, das 11h às 17h.

— ENTREVISTA —

BEATRIZ AZEREDO

A agenda social do BNDES

JORNAL DOS ECONOMISTAS: Qual a dimensão da área de desenvolvimento social do BNDES?

BEATRIZ AZEREDO: Esta área foi criada em fevereiro de 1996. Estamos falando, portanto, de um trabalho de três anos. Partimos praticamente do zero, e hoje a carteira de projetos apoiados pelo Banco alcança R\$ 1,5 bilhão. Pretendemos atingir R\$ 2 bilhões até o fim do ano. Como mais de 90% dos recursos que manejamos são empréstimos, isso significa que estamos oferecendo uma fonte de financiamento de longo prazo para projetos sociais, o que é novo no Brasil. Outra dimensão dessa carteira é seu impacto sobre o emprego, pois os setores sociais permanecem intensivos em trabalho. Saúde e educação, por exemplo, incorporam mão-de-obra na medida em que se modernizam, ao contrário do que ocorre em muitos outros setores.

JE: Que tipo de iniciativas têm sido apoiadas?

BEATRIZ: A carteira de projetos é muito abrangente, pois as linhas de atuação se relacionam com as principais questões da política social. Um bom exemplo são as atividades ligadas a geração de emprego e renda, nas quais trabalhamos em dois pólos muito diferentes. Há um programa de crédito para microempreendedores, muitas vezes do setor informal e de baixa qualificação, e um de apoio a empresas autogestionárias, organizadas por pessoas mais qualificadas e com experiência no mercado formal de trabalho.

JE: Como o Banco concede microcréditos a pessoas inseridas no mercado informal?

BEATRIZ: Quem recebe diretamente do Banco é uma associação comunitária de crédito, de caráter

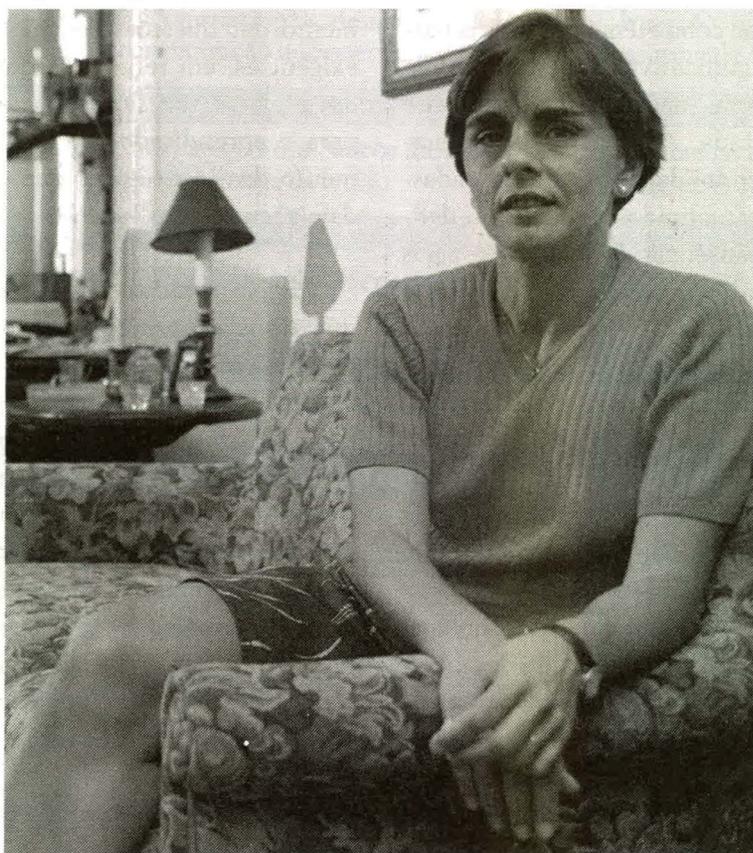


FOTO: CARLOS IVAN / AGÊNCIA O GLOBO

Face menos conhecida da atuação do BNDES é sua presença no financiamento de projetos sociais, área dirigida desde março de 1998 por Beatriz Azeredo. Tendo feito doutorado no Instituto de Economia da UFRJ, defendendo uma tese sobre políticas públicas de emprego, Beatriz participou da Comissão de Reforma Tributária e Descentralização Administrativo-Financeira na Secretaria de Planejamento da Presidência da República (1985-87), assessorou os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte em 1988, lecionou na Fundação Getúlio Vargas e na UFRJ e foi diretora de política social do Ipea. Nesta entrevista ao *Jornal dos Economistas*, ela descreve os principais projetos sociais financiados pelo BNDES, destaca o desemprego como o grande obstáculo à eficiência das ações de combate à pobreza e ressalta o investimento social de empresas privadas, em parceria com o Estado, como uma questão emergente.

não governamental. Ela repassa os recursos para pequenos empreendedores locais – como costureiras, padeiros, doceiros, gente que faz reciclagem de materiais, etc –, que não têm acesso ao sistema bancário. São pessoas de baixa renda, que recebem em média R\$ 1 mil para tocar ou expandir seu negócio, frequentemente sediado na própria casa em que moram. O crédito é de curto prazo; gira, em média, três vezes por ano.

JE: Qual o nível de inadimplência?

BEATRIZ: É bastante baixo. A chave para isso é a atuação do agente de crédito, contratado pela associação e treinado na metodologia do programa. Ele conhece os problemas e o potencial dos pequenos empreendedores em sua área de atuação. Visita as casas, calcula a necessidade de crédito, avalia a capacidade de pagamento de cada um e monta as planilhas de desembolso, operando sempre caso a caso, de forma artesanal. Em geral, o crédito inicial é pequeno, adequado a uma demanda mais emergencial, como a de pagar fornecedores. Quando este primeiro recurso é devolvido, o agente investiga como o desempenho do empreendedor pode melhorar um pouco (comprando um equipamento, por exemplo). Abre-se assim uma linha de crédito consecutivo, baseada na relação de confiança que vai se estabelecendo.

JE: Como as pessoas se tornam candidatas a obter esses recursos?

BEATRIZ: Quando lançamos essa linha de financiamento, não havia clientes suficientes. Por isso, tivemos de criar a própria demanda. Desenvolvemos a metodologia de capacitação dos agentes de crédito e, junto com o Ministério do Trabalho, treinamos cerca de trezentas pessoas,

hoje distribuídas pelas 23 associações comunitárias já vinculadas ao programa. Outras quatorze associações estão em fase de avaliação. Elas podem surgir independentemente do Estado, mas em muitos casos somos procurados por prefeituras que desejam incentivar a criação desse serviço em seus municípios. Por um caminho ou por outro, hoje as demandas chegam até nós.

JE: Qual o impacto do programa?

BEATRIZ: O BID apoiou experiências desse tipo em alguns países da América Latina, mas no Brasil trata-se de uma área relativamente nova. Por isso, na primeira fase, nos concentramos em estimular a multiplicação dos casos. Agora, temos um volume de operações que nos permite tentar entender a trajetória desses microempreendedores, de modo a avaliar o impacto efetivo do programa. É o que faremos ainda este ano.

JE: Como têm se comportado as empresas autogestionárias apoiadas pelo Banco?

BEATRIZ: A autogestão, como disse, atinge outra faixa. Encontramos aí pessoal qualificado, com experiência no mercado de trabalho, que é demitido depois de muitos anos de serviço mas não pode ou não deseja se aposentar. Com a privatização da Cerj, por exemplo, técnicos que fazem manutenção das redes de transmissão foram mandados embora. Criaram uma cooperativa e ganharam uma concorrência, aberta pela própria Cerj, para a prestação de serviços. Em janeiro de 1998, o Banco financiou a compra de veículos e de equipamentos para os 98 cooperados, que agora são 180. É um caso típico de oportunidade aberta pelo processo de privatização. Depois de tantos anos trabalhando em um setor, dificilmente essas pessoas recém-desempregadas poderiam ser treinadas para uma reinserção em outros setores.

Os valores, nesses casos, continuam pequenos para as operações tradicionais do BNDES, mas são muito maiores que os do microcrédito. A cooperativa a que me referi recebeu R\$ 2 milhões. É grande a demanda para apoiar esse tipo de empresa, mas é preciso fazer estudos cuidadosos de viabilidade, pois ela depende inclu-

sive de uma mudança cultural. Em geral, os futuros cooperativados sabem fazer o serviço técnico, mas não sabem gerenciar um negócio. Por isso, também aqui trabalhamos de forma artesanal.

JE: Que tipo de colaboração vocês têm estabelecido com as prefeituras?

BEATRIZ: Nosso principal programa com as prefeituras é o de apoio à modernização tributária. A Constituição de 1988 deu ao nível municipal uma competência tributária bastante significativa, que até hoje, de modo geral, não foi suficientemente aproveitada. A arrecadação permanece deprimida por causa de cadastros desatualizados, fiscalização deficiente, ausência de estruturas ágeis de atendimento ao contribuinte, e assim por diante. Temos financiado um conjunto de iniciativas voltadas para modernizar os sistemas municipais, obtendo um incremento médio de 60% nas receitas. Os recadastramentos para efeito de cobrança de IPTU e ISS, por exemplo, garantem um ganho rápido e significativo.

A segunda linha de trabalho com prefeituras está na área de desenvolvimento urbano, mas ela vem sendo desacelerada por força do programa de ajuste fiscal. O BNDES está momentaneamente proibido de contratar com o setor público, a não ser que obtenha aval específico do Banco Central, solicitado caso a caso. O programa anterior, que visa a aumentar a arrecadação, obviamente foi excluído dessa limitação.

Em desenvolvimento urbano, propomos alterar o padrão de gastos públicos, atuando de forma multisectorial, de modo a incorporar uma favela ou um bairro pobre na malha urbana através da implantação integrada de saneamento, drenagem, iluminação, serviços sociais (como saúde e educação) e estratégias de geração de trabalho e renda. Isso exige projetos mais completos e um gerenciamento matricial bastante complexo. O desafio é gerar mudanças qualitativas na vida da comunidade, que sejam sustentáveis no tempo. Também neste caso, não temos um modelo fechado, mas sim uma concepção, um conjunto de conceitos, a partir do qual cada prefeitura desenvolve um projeto específico, sempre em parceria com a comuni-

dade. Em Teresina, a capital mais pobre do Nordeste, 155 vilas estão sendo transformadas em 50 bairros, seguindo essa concepção.

JE: Além de órgão financiador, que papel o BNDES pode desempenhar nesses casos?

BEATRIZ: Seja pela qualidade de seu corpo técnico, seja pelo montante de recursos que maneja, o Banco tem um potencial muito grande, inclusive para ajudar a modernizar o tratamento das questões sociais. Nossas exigências, em termos de qualidade dos projetos, são altas. Isso contribui para o aprendizado e o amadurecimento das instituições que demandam recursos do Banco.

JE: No contexto do ajuste fiscal, que tipos de projetos estão sendo efetivamente implantados?

BEATRIZ: Como citei, nosso principal projeto com as prefeituras visa a modernizar o sistema de recolhimento de tributos. É uma contribuição para o próprio ajuste fiscal e a reforma do Estado. Uma evolução natural desse programa, que aliás já está ocorrendo, é buscar maior racionalidade e controle dos investimentos, enfocando o lado do gasto.

JE: Qual a atuação de vocês na área da saúde?

BEATRIZ: Temos financiado hospitais, com ênfase nas instituições filantrópicas, que respondem por cerca de 30% do atendimento no âmbito do SUS. Em busca de equilíbrio financeiro, muitas delas têm ampliado a oferta de serviços ao mercado privado, inclusive lançando planos próprios de seguro-saúde. Tentam migrar para um modelo mais auto-sustentado, mantendo no entanto sua oferta de serviços ao SUS. Nós apoiamos essas iniciativas.

JE: Esses investimentos têm retorno?

BEATRIZ: Até aqui, só falamos em empréstimos, que correspondem a 94% dos desembolsos com a área social. Em todos esses casos, o Banco cobra sua taxa básica, a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), mais um *spread* de, no mínimo, 1% ao ano. Restam ainda 6%, que formam o que chamamos Fundo Social, criado em 1997 com uma parte do lucro do

BNDES. Esse fundo permite aplicações não reembolsáveis, que viabilizam programas, como o de médicos de família, em Niterói (RJ), que não podem dar retorno financeiro direto.

Há outras experiências gratificantes. Médicos do Hospital da Lagoa, no Rio de Janeiro, criaram uma organização não governamental, chamada Renascer, que apóia famílias muito pobres cujas crianças foram internadas. Eles perceberam que, em um país que ainda apresenta níveis de pobreza como o nosso, não adianta apenas oferecer um serviço de qualidade no ambiente do próprio hospital. Depois da alta, as crianças simplesmente não têm como se alimentar direito ou receber medicamentos que ainda seriam necessários. As famílias, muitas vezes, não dispõem de dinheiro para pagar as passagens de ônibus, de modo que não retornam para o acompanhamento periódico.

Assim, ou as crianças eram mantidas no hospital por muito mais tempo do que o necessário, ocupando vagas preciosas, ou recebiam alta em um momento tecnicamente correto, mas voltavam a viver situações de alto risco. Por isso, a ONG passou a "adotar" a família da criança nos seis meses seguintes à alta, para garantir a continuidade do tratamento fora do hospital, tanto em medicamentos quanto em alimentação. Assim, ela aumenta a eficácia do serviço prestado dentro da instituição pública. O Renascer, que nós apoiamos através do Fundo Social, já gerou seis "filhotes" no Rio de Janeiro e um em Pernambuco, todos baseados na mesma lógica de realizar ações complementares aos procedimentos dos hospitais públicos.

JE: Essa multiplicação de iniciativas é espontânea?

BEATRIZ: Em parte, não. Nossa estratégia é, exatamente, identificar uma iniciativa que possa vir a ser um modelo, financiá-la para que se torne uma referência e, em seguida, trabalhar para multiplicá-la. É uma preocupação consciente, que visa a difundir, de forma sistemática, projetos bons e passíveis de reprodução em outros locais. Este foi um dos critérios que usamos quando decidimos apoiar o Renascer.

JE: *Que mecanismos vocês usam para transformar um caso de êxito em um exemplo?*

BEATRIZ: Primeiro, fortalecendo o projeto. Depois, ajudando a sistematizar sua metodologia, com a produção de vídeos, manuais, cartilhas, etc. Em seguida, fazemos seminários. Com a idéia amadurecida e testada, então podemos buscar instituições espalhadas pelo país e propor a criação de programas semelhantes.

Recentemente, aqui no BNDES, realizamos um seminário com 850 pessoas de todos os estados para difundir outra experiência na área de saúde, chamada "mãe-canguru". É uma técnica muito simples para lidar com bebês prematuros, desenvolvida na Colômbia há vinte anos, em uma situação de carência de incubadoras. Depois, foi estudada e usada nos Estados Unidos e na Europa, com ótimos resultados. Ela permite que o prematuro ultrapasse a fase crítica sendo mantido junto ao corpo da mãe, o que tem inúmeras vantagens, inclusive afetivas. Neste caso, nós começamos financiando o Instituto Materno Infantil de Pernambuco e agora queremos apoiar a multiplicação de centros de referência nos estados, para difundir a experiência.

JE: *Qual a principal iniciativa de vocês na área da educação?*

BEATRIZ: Financiamos a modernização e a expansão do número de vagas em universidades particulares, através de uma carteira de crédito de R\$ 300 milhões.

JE: *Como o Banco avalia a qualidade do ensino que está financiando?*

BEATRIZ: Os projetos acadê-

micos são sempre analisados pelo Ministério da Educação. O BNDES só examina os projetos de investimento se o MEC tiver aprovado a demanda, do ponto de vista do conteúdo pedagógico.

JE: *Por que esse investimento não se dirige basicamente para o ensino fundamental?*

BEATRIZ: Estamos construindo uma agenda social. Em educação, foi mais fácil começar com empréstimos a universidades. Depois formou-se o Fundo Social, que nos permite trabalhar com educação fundamental, onde a possibilidade de se obter retorno dos recursos é menor. Também aqui, procuramos projetos exemplares, que possam enfrentar questões estruturais do ensino básico, como a da repetência. O MEC tem uma metodologia de criação de turmas especiais para alunos que acumularam atrasos. Fizemos uma parceria com o MEC e o Instituto Ayrton Senna, apoiando o projeto Acelera Brasil, que atende 40 mil alunos nessa situação em 25 cidades. É um apoio não reembolsável.

Da mesma forma, também estamos ajudando prefeituras de capitais a criar redes de atenção a crianças e adolescentes em situações de risco e incentivando universidades a oferecer esportes a crianças, em horários alternativos aos da escola, usando a infra-estrutura já instalada. Com crianças de famílias de baixa renda, projetos que usam as artes têm-se mostrado muito interessantes. Uma escola de dança já agrupa trezentas crianças em Fortaleza e, a partir da dança, acoplam-se reforço escolar, alimentação, etc. Tudo isso entra no Fundo Social.

JE: *Que dificuldades específicas vocês estão enfrentando e que novidades positivas você gostaria de destacar?*

BEATRIZ: O aumento do desemprego é, sem dúvida, um grande obstáculo à eficiência das ações de combate à pobreza. Quando se puxa o fio daquela criança que corre risco de vida depois de deixar um hospital público, há grande probabilidade de se chegar a um pai ou uma mãe desempregados. É essencial imaginar formas de reverter o quadro, e isso envolve políticas macroeconômicas e políticas dirigidas especificamente ao mercado de trabalho.

Por outro lado, há coisas positivas acontecendo. Uma delas são as novas formas de articulação entre poder público e sociedade, com a formação de mais parcerias. Ainda há um espaço considerável, por exemplo, para fazer avançar a filantropia empresarial, o investimento social das empresas. Quando, no ano passado, a Perdigão instalou uma unidade em Rio Verde (GO), obteve um financiamento de R\$ 140 milhões aqui no BNDES. Fizemos então a seguinte proposta: o Banco daria um desconto de 0,25% nos juros previstos, desde que a empresa aplicasse esses recursos em projetos sociais na cidade, agregando uma quantia própria de mesmo valor. Graças a isso, realizou-se em Rio Verde um investimento social de R\$ 2,3 milhões. A tendência a explorar a responsabilidade social das empresas está colocada na mesa, inclusive como estratégia de competitividade, de fixação de marca, etc. É uma questão emergente na prática empresarial. O BNDES pode desempenhar um importante papel nessa área.

CONVÊNIO

A EDITORA PAZ E TERRA está oferecendo os livros abaixo, com descontos de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio inédito realizado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria, com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a nossa formação. Entre em contato com o Corecon-RJ (Biblioteca) para aproveitar os descontos oferecidos por uma editora nascida da resistência democrática que há 33 anos trabalha em defesa da liberdade, do pensamento e do direito ao diálogo.

- **A construção do Terceiro Mundo – teorias do subdesenvolvimento no Brasil e na Romênia**, 643 p., Joseph Love.
Preço com desconto: R\$ 25,20.
- **Os fluxos financeiros na América Latina – um desafio ao progresso**, 284p., Ricardo Ffrench-Davis e Stephany Griffith-Jones (organizadores).
Preço com desconto: R\$ 18,90.
- **Antologia de Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos de vida lutando pelo Brasil**, 397p.
Preço com desconto: R\$ 13,30.
- **O 18 Brumário e Cartas a Kugelman**, 346p., 6ª edição, Karl Marx.
Preço com desconto: R\$ 17,50.
- **Após 1989- moral, revolução e sociedade civil**, 289p., Ralf Dahrendorf.
Preço com desconto: R\$ 16,10.
- **Terceiro setor: desenvolvimento social sustentado**, 179 p., Ruth Cardoso, Jeremy Rifkin, Rubem César Fernandes e outros.
Preço com desconto: R\$ 13,30.
- **Histórias esquecidas da ciência**, 149p., Oliver Sacks, Jonatan Miller, Stephen Jay Gould, Daniel Kevles e R.C. Lewontim.
Preço com desconto: R\$ 10,50.
- **30 anos do The New York Review of Books – a primeira antologia**, Robert Silvers, Barbara Epstein e Rea Hederman (organizadores).
Preço com desconto: R\$ 20,30.
- **América Latina – entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria**, 314p., Leslie Bethel e Ian Roxborough (organizadores).
Preço com desconto: R\$ 16,10.
- **Dialética marxista, dialética hegeliana – a produção capitalista como circulação simples**, 192 p., Ruy Fausto.
Preço com desconto: R\$ 13,30.

ANDIMA

Cursos de treinamento

A Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (Andima) lança ampla campanha de treinamento elaborada especificamente para profissionais de áreas financeiras e afins. Os cursos oferecidos são: **Debêntures: conceituação, operacionalização e precificação; Cálculos financeiros em operações de renda fixa e de crédito; Gestão de crédito: como administrar baixos níveis de liquidez e inadimplência; O papel dos mercados futuros no cenário financeiro brasileiro; Gestão de fluxo de caixa em cenários de competitividade; Gestão de portfólios; Linhas de financiamento pelo Sistema BNDES; As principais operações do mercado internacional; Contabilidade para advogados; Aplicação de recursos de terceiros** (ambiente normativo e gestão de fundos de investimentos). Mais informações: Claudia/Isabel – tels.: (021) 509-6545 e 232-5700; Alcía – tel.: (011) 3115-1313.

ARTIGO

por Fernando Carlos Cerqueira Lima

Os “fundamentalistas” e a vulnerabilidade externa

A questão do ajuste fiscal está no centro do debate econômico atual. A se levar em conta as declarações de políticos e da grande maioria dos economistas, a aprovação, pelo Congresso, das “reformas” tirará o país do atoleiro. O recente acordo com o FMI, ao estabelecer metas orçamentárias nominais rígidas, reduziu a discussão aos tipos de impostos a serem criados e de cortes nos gastos que devem implementados. É o tal “dever de casa” que, uma vez realizado, nos garantiria a retomada da confiança dos “investidores externos”. Feito isso, e completada a reforma da Previdência, estaria aberto o espaço necessário para que a taxa de juros seja reduzida e para que a economia volte a crescer.

Esse raciocínio está amparado na noção de que é necessário seguir os “fundamentos macroeconômicos” para afastar o risco de ataques especulativos e de fuga de reservas internacionais. Segundo os “fundamentalistas”, orçamentos equilibrados e elevadas taxas de poupança – que seriam proporcionados pelas “reformas” – reduziriam nossa dependência em relação à “poupança externa”.

É talvez interessante lembrar que este era exatamente o discurso que tanto se ouvia, aqui e alhures, logo após a crise mexicana de 1994-95. Entretanto, dois fatos subsequentes não comprovaram a teoria. Em primeiro lugar, o Brasil, sem ter realizado qualquer reforma, voltou a ter acesso aos mercados internacionais de capitais ainda em 1995, tendo nosso nível de reservas superado US\$ 70 bilhões em meados de 1997. Nesse mesmo período, a taxa de juros, que havia atingido níveis absurdamente elevados em abril de 1995, foi sendo gradualmente reduzida. O segundo fato a desmentir a teoria foi a eclosão da chamada “crise da Ásia” a partir do segundo semestre de 1997. Essa crise surpreendeu todos os observadores internacionais, entre outras razões, pelo fato de haver atingido países que registravam taxas de poupança doméstica duas vezes superio-

res à do Brasil e que tinham, há muito tempo, orçamentos equilibrados, quando não superavitários. Países, portanto, que tinham aqueles “fundamentos” corretos – embora apresentassem crescentes déficits em conta corrente.

Por isso, no Brasil, a crise asiática surpreendeu sobretudo aqueles que, ignorando os fatos – e também os dados –, acreditavam na teoria dos “dé-ficits gêmeos”, segundo a qual os déficits públicos acarretam os déficits externos.

Tudo bem que se admita que padecemos de memória curta. Mas esses são fatos tão recentes que só mesmo muito oportunismo (ou ignorância) pode explicar a insistência em se atribuir ainda hoje à questão fiscal a atual vulnerabilidade externa brasileira. A não ser que se opte pela cínica explicação de Paul Krugman: o FMI impõe – e o Brasil se impõe – medidas fiscais recessivas porque acredita que “os mercados” acreditem que sejam necessárias, o que implica, no mínimo, fazer mau juízo dos “investidores internacionais”. Ou então, que se adote uma das máximas do Nelson Rodrigues: se os fatos não comprovam a teoria, pior para os fatos.

O IMPACTO DO AJUSTE FISCAL SOBRE A TAXA DE JUROS

Vamos supor – fazer suposição não é coisa que iniba um economista – que todos os objetivos do governo no campo das “reformas” sejam atingidos. A taxa de juros poderia cair para níveis civilizados? A economia poderia voltar a crescer? *Ceteris paribus*, não. O ajuste fiscal é útil apenas para mostrar a capacidade do governo de rolar de maneira exequível sua dívida em moeda nacional, o que em parte garante o atrativo representado pelo diferencial entre as taxas de juros internas e externas. Mas não serve de seguro contra uma eventual desvalorização do Real, que pode advir caso a situação externa continue a se deteriorar. Esta ameaça persistirá enquanto não for superado o

obstáculo mais significativo: que o Brasil seja capaz de convencer os “investidores externos” de que é capaz de honrar seus compromissos *em moe-da forte*, o que não será possível enquanto convivemos com o problema dos déficits em transações correntes. Certamente, uma das lições da crise da Ásia é que estes déficits não podem ser financiados indefinidamente. Na melhor das hipóteses, portanto, o ajuste fiscal é condição necessária, mas não suficiente, para impedir uma crise cambial.

Uma estratégia de desenvolvimento econômico – trata-se disso – baseada em uma taxa de câmbio irrealista e em uma abertura comercial e financeira externa levada a cabo de maneira precipitada e irresponsável conduziu ao atual beco sem saída da política econômica, agora amplamente reconhecido.

O recente acordo com o FMI aprofunda o problema, ao centrar suas atenções na questão fiscal. Todos estão de acordo que as elevadas taxas de juros representam o principal fator de aumento da dívida pública e, conseqüentemente, do déficit público. O discurso mais freqüente dos economistas ligados ao governo tem sido de que um substancial superávit primário nas contas públicas possibilitará uma rápida redução dos juros, dando início a um círculo virtuoso. Pressiona-se o Congresso Nacional, então, para aprovar, por razões patrióticas, as medidas de ajuste fiscal.

Entretanto, essa alegada relação entre redução do déficit nominal e queda significativa – e a curto prazo – da taxa de juros não faz sentido. Independentemente da questão fiscal, o atual “modelo brasileiro de desenvolvimento” exige a manutenção de taxas de juros elevadas para (i) atrair capitais externos necessários ao financiamento dos déficits em transações correntes; (ii) incentivar a retenção de divisas no país; (iii) impedir a economia de crescer, pois a reativação da atividade aumentaria o déficit na balança comercial; e

(iv) inibir a concessão de crédito via instituições financeiras.

LIBERALIZAÇÃO FINANCEIRA E FRAGILIDADE FINANCEIRA

Esta última razão tem sido pouco discutida. O Brasil, em termos de “fundamentos”, possui uma grande vantagem sobre os países do Sudeste Asiático. Nesses países, o sistema financeiro apresentava excessiva alavancagem, fruto em boa parte de um processo de liberalização que desmontou os controles do Estado sobre as instituições financeiras e permitiu a abertura da conta de capital. Até mesmo o FMI parece estar agora de acordo com a tese de que um país não deve desregular o crédito e liberalizar a captação de recursos externos sem antes criar condições minimamente adequadas de regulação e supervisão bancária. Uma das ironias desse reconhecimento tardio é que Ronald McKinnon, um dos criadores da teoria da “repressão financeira”, já havia alertado, no início dos anos 90, para os riscos de uma liberalização financeira que não obedecesse a uma certa seqüência, na qual a abertura da conta de capital seria o último – e talvez longínquo – estágio.

Após a crise da Ásia, portanto, a “bola da vez” em termos de “fundamento econômico” passou a ser o sistema financeiro. É quase unânime a percepção de que a fragilidade financeira dos países do Sudeste Asiático desempenhou um papel decisivo no desencadeamento da crise e, principalmente, que essa fragilidade explica a gravidade da crise. Alguns autores têm apontado para o fato de que a Coreia, por exemplo, estaria passando por um típico processo de crise financeira que se realimenta de uma queima de ativos semelhante à da crise de 1929, tal como foi descrita por Irving Fisher.

Essa discussão sobre a relação entre liberalização financeira e fragilidade financeira é importante para se pensar a situação atual do nosso sistema financeiro, o qual, apesar de

ARTIGO

sofisticado, ainda possui dimensões relativamente reduzidas – no Brasil, a relação empréstimos bancários/PIB é baixa quando comparada à de outros países. Os bancos têm sido fundamentais na rolagem da dívida pública, temos compulsórios elevadíssimos, etc.

Por um lado, é claro que o fato de o sistema financeiro ser relativamente acanhado é ruim, porque significa que não cumpre adequadamente seu papel na intermediação de recursos, e com isso restringe os investimentos produtivos, a competitividade das empresas, etc. Mas, por outro lado, isso é bom, talvez ótimo, pelo menos no que diz respeito a este “fundamento econômico”: o endividamento bancário das empresas é baixo e não se formaram “bolhas” especulativas em mercados de ativos; os bancos brasileiros ainda possuem pequena – embora crescente – participação de cap-

tação externa no seu passivo total; e, aparentemente, o Banco Central do Brasil está mais preocupado com a saúde financeira dos bancos, principalmente depois do susto que tomou em 1995.

Pode-se dizer, portanto, que o sistema bancário brasileiro é mais “sólido”, ou menos frágil, que o sistema bancário dos países do Sudeste Asiático. Tal fato tem permitido ao Banco Central elevar abruptamente a taxa de juros como resposta a cada crise internacional sem promover uma crise financeira sistêmica. Têm ocorrido “apenas” quebras pontuais de empresas e bancos.

Nesse sentido, as políticas de restrição ao crédito adotadas desde 1995, e que têm acarretado na prática de juros bancários admitidamente extorsivos, constituem na verdade um dos esteios da política de estabilização. Cabe deixar aqui, entretan-

to, dois lembretes. O primeiro é que o ajuste fiscal, por si só, em nada ajudaria na reversão desse quadro. Dadas as atuais circunstâncias, não faria sentido que o governo viesse a afrouxar o crédito tão cedo.

O segundo lembrete é que a ausência de controles sobre o endividamento externo dos bancos brasileiros poderá, no futuro – caso voltem a ter acesso aos mercados internacionais de capitais –, aumentar seu grau de fragilidade, tal como ocorreu com bancos do Sudeste Asiático e já havia ocorrido anteriormente com os mexicanos.

EM RESUMO

É inegável que equilíbrio orçamentário e elevadas taxas de poupança interna são metas louváveis, dignas de serem perseguidas. O argumento aqui é que, se nada for feito para reduzir a vulnerabilidade exter-

na da economia brasileira – alterando as políticas cambial, de comércio exterior e industrial –, a concretização do ajuste fiscal nos levará de volta, na melhor das hipóteses, à situação anterior à crise da Ásia.

O ajuste fiscal poderia, no curto prazo, tornar o país novamente atraente para o capital externo, além de estancar a perda de reservas internacionais. Entretanto, ao contrário do que acreditam os nossos “fundamentalistas”, a economia brasileira dificilmente voltará a crescer de maneira sustentada, porque continuaríamos dependentes dos humores e preconceitos dos mercados financeiros internacionais.

Fernando Carlos Cerqueira Lima é professor do Instituto de Economia da UFRJ e participa do Grupo de Política Monetária e Sistema Financeiro do Corecon-RJ

POESIA

A partir deste número, o JE estará publicando a produção literária de seus leitores. Economistas com vocação para a literatura, que já tenham publicado ou não, podem contribuir para essa troca de experiências. Enviem seus trabalhos com, no máximo, 25 linhas para coreconrj@ax.apc.org ou entre em contato por telefone (021) 232-8178.

A SOMBRA

Regilene Paiva

Carla sentia um misto de alegria e excitação. Conseguira entregar seu projeto em tempo hábil e fora promovida. Olhou-se no espelho. Ajeitou o cabelo. E o andar chegou? Cadê as luzes? Parecia filme de terror com seus passos ecoando na garagem. Ouvia mais passos que os seus! Virou-se, e não havia ninguém! Entrou no carro o mais rápido que pôde. Seu coração pulsava forte e sua respiração era ofegante. Virou a chave. Nada! O carro não ligava de jeito nenhum! Começou a ficar com medo. Abriu a porta, pôs o pé no chão, e uma mão agarrou seu tornozelo! Carla gritou. Lutou para se livrar daquela mão que a puxava para baixo do carro. Finalmente, ouviu o elevador parando em seu andar. Estava livre! Carla saiu correndo. Era Raul. Há um tarado embaixo do meu carro!

Pacientemente, Raul foi até o carro, abaixou-se e olhou. Não havia nada. Entrou no carro, tentou ligar. É, não pega mesmo! Uma carona? Foram para o carro de Raul. Tentou ligar, não pegava também. Tentou de novo, e nada. Quando Raul colocou o pé no chão, uma mão puxou para baixo do carro. Carla correu para o outro lado e puxou Raul com todas as forças que tinha. Conseguiu soltá-lo.

Correram, e aquela sombra sinistra parecia segui-los pelo chão. O elevador! Ao abrir a porta – uma senhora e uma menina. Segura o elevador! Mas já havia fechado as portas. É melhor ficarmos sem luz...

O elevador chegou, e os quatro desceram. Não tinham explicação para aquilo. Ainda tentaram convencer aquela senhora do perigo, bem como os frentistas, mas parecia conversa de maluco.

Por volta das dez horas, o elevador parou no quinto andar daquela garagem. Um casal muito animado desceu. O rapaz tentou ligar o carro duas vezes. Incrível não pegava! Abriu a porta, pôs o pé no chão...

Regilene Paiva é economista

SOBRE CURVAS

José Carlos Pereira Peliano

A curva de Einstein
dobra o espaço para os astros serem guardiães

A curva de Descartes
coordena o espaço para os números serem equilibristas

A curva de Miró
enquadra o espaço para as cores serem bailarinas

A curva de Potero
molda o espaço para a argila ser oferenda

A curva de seu corpo
abre o espaço para as minhas mãos serem adivinhas

A curva de Niemeyer
cria o espaço para a reta ser feminina

José Carlos Pereira Peliano é mestre em Economia pela Universidade de Vanderbilt/Nashville-Tenn/EUA e doutor em Economia pela Universidade de Campinas. Trabalha atualmente como assessor técnico na Liderança do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados, em Brasília. Teve três livros de poemas e poesias publicados: *Passagem de Nível*, edição da Livraria Galilei Ltda; *A Faca no Ar*, edição do autor; *Os Pireneus e os Outros Eus*, edição da Relume-Dumará Editores. Seu poema *Sobre Curvas*, acima apresentado, é inédito.

ARTIGO

por David Hathaway

Plantas transgênicas e segurança alimentar

No mundo inteiro, um novo cartel global na indústria de sementes está tomando conta do melhoramento de plantas agrícolas, tanto no setor privado como no público. As culturas transgênicas que as empresas membros desse cartel nos oferecem em nada contribuem para aliviar a crise mundial de segurança alimentar. Sua tecnologia não busca outra finalidade que não seja o lucro. No cenário mais otimista imaginável, a chamada "engenharia genética" é totalmente irrelevante para as causas da fome no mundo. Na realidade, porém, ela pode agravar mais ainda a péssima situação atual.

A promessa de "segurança alimentar", quando evocada por porta-vozes desse setor, só aparece em sua propaganda (como na campanha massiva da Monsanto, de 1998, em boa parte da Europa), mas nunca na prática de seus programas de melhoramento vegetal. Dos 35 milhões de hectares plantados com variedades transgênicas em 1998 ao redor do mundo (principalmente nos EUA), quase toda a produção é destinada a rações animais (soja e milho, por exemplo) ou a setores industriais (algodão), em vez de servir para alimentar pessoas famintas.

Enquanto isso, na África, prosseguem trabalhos com variedades transgênicas de mandioca, um alimento que aparentemente poderia ajudar a superar a fome mais diretamente do que o repolho, o tomate ou a colza, através do aumento de seu valor nutricional, ou através da resistência das plantas à seca, a doenças, etc. O problema, no entanto, é que a maioria das variedades desenvolvidas até o presente também contém "genes marcadores", para render células da mandioca resistentes a antibióticos. Esta resistência não tem relevância alguma ao valor nutritivo ou ao desempenho agrícola da mandioca; ela não passa de um "atalho" para simplificar o trabalho de seleção de células por engenheiros genéticos. O grave, neste caso, é que a presença daqueles genes de resistência a antibióticos nos alimentos huma-

nos pode colocar em risco o sucesso de grandes campanhas de saúde pública contra doenças humanas, emergentes e reemergentes, como a tuberculose. É que repetidos estudos em laboratórios científicos estão demonstrando que esses alimentos "engenheirados" podem transmitir "horizontalmente" – ou seja, para vários tipos de bactérias patogênicas no corpo humano – sua resistência genética aos antibióticos.

Apesar das perspectivas tão negativas para o fruto dos atuais esforços das empresas, será que algum bem poderia vir do desenvolvimento de plantas transgênicas, para atacar o problema da fome? No contexto das estruturas de melhoramento vegetal dos anos 90, infelizmente, a resposta é não. A agenda de empresas públicas e privadas não procura aumentar a produção; procura a resistência ou a tolerância das plantas aos herbicidas, às pragas ou às doenças microbianas. Mesmo que as culturas resistentes a herbicidas reduzam os gastos do agricultor (e aumentem a venda de herbicidas), elas não têm cumprido com a promessa de aumentar o rendimento. Por outro lado, as culturas resistentes aos insetos e às doenças, apesar de serem menos agressivas ao meio ambiente em termos diretos a curto prazo, não são mais eficazes do que os agrotóxicos convencionais. Pior, elas levantam uma ameaça maior ainda do que os agrotóxicos, ao provocar a resistência adquirida em populações de pragas, neutralizando assim qualquer vantagem ambiental ou econômica prometida pela propaganda.

A liberação, em grande escala, dessas plantas transgênicas também poderá provocar sérios problemas sociais e econômicos. Porta-vozes das empresas vêm dizendo publicamente que seu "mercado alvo" não inclui os pequenos agricultores. Quem comprará as sementes transgênicas serão as grandes explorações rurais, intensivas em capital. A maioria destas busca mercados lucrativos dos setores industriais e/ou de exportação, ignorando por completo a produção

dos alimentos que faltam na mesa dos famintos. Além disso, os agricultores que optarem pelas variedades "geneticamente modificadas" terão que enfrentar as mesmas condições limitantes impostas pelas "variedades de alto rendimento" da Revolução Verde: a monocultura e a dependência ao crédito bancário para comprar insumos, energia, máquinas, etc. O resultado dos anos 70 e 80, para milhões de pequenos e médios agricultores, foi um processo de quebra financeira, marginalização e emigração do campo para as cidades, particularmente na Ásia e na América Latina. O mesmo processo poderá repetir-se, de maneira ainda mais intensa, a partir da introdução da agricultura cuja base técnica está na biotecnologia.

Quanto mais exclusão, mais pobreza e menos poder aquisitivo para os ex-agricultores e suas famílias. Isto significa mais, em vez de menos, fome. Na realidade, nenhum dos processos que provocam fome no mundo tem relação com a produtividade agrícola, mas com o desemprego, os desastres ecológicos, a guerra, etc. As pessoas passam fome quando não têm acesso à comida, já que raramente faltam alimentos. Um exemplo histórico muito conhecido foi a "fome das batatas" na Irlanda do século XIX, quando milhões de camponeses morreram ou foram desterrados depois de perderem suas culturas para uma doença devastadora. O que poucos sabem daquela história, no entanto, é que houve fome em grande escala na Irlanda porque os camponeses não podiam comprar o trigo que eles mesmos *continuavam plantando e colhendo* para seus ricos vizinhos, grandes agricultores, que exportavam o trigo para a Inglaterra.

A perspectiva para a segurança alimentar é que nos próximos anos haverá menos fazendas, menos empregos agrícolas ou industriais e mais empregos mal remunerados no setor urbano de serviços. É o que se vislumbra pelo mundo inteiro, Norte e Sul, Ocidente e Oriente. A promessa de aumentar o rendimento agrí-

cola pela introdução de variedades transgênicas – se é que chega a se realizar – neste contexto de mercados estagnados provocará a queda das taxas de lucro, sobrevivendo então só os "mais fortes" entre os agricultores adeptos do modelo industrializado.

A falha principal do raciocínio que promete mais segurança com a biotecnologia transnacional, então, é que esta tecnologia não ataca, nem remotamente, as causas da fome. Muito pelo contrário, nas condições em que ela está sendo imposta, as culturas transgênicas provavelmente farão mais para *intensificar* do que aliviar a fome.

Como promover, então, a segurança alimentar? Em primeiro lugar, entendendo que a segurança alimentar não tem mais do que uma relação indireta com os níveis globais de produção de alimentos. A fome só pode ser combatida dando meios às pessoas para poderem produzir ou comprar alimentos. A reforma agrária e as tecnologias agrícolas mais intensivas em mão-de-obra serão metas importantes nesse sentido, mas as soluções de fundo têm que ir muito além de políticas agrícolas ou agrárias.

Quanto à tecnologia em si, como um elemento no combate à fome, a única tecnologia que pode contribuir substancialmente para a segurança alimentar é aquela que cria meios de vida e empregos para as pessoas. As culturas transgênicas já à venda no mercado, e as que serão lançadas em futuro próximo, trabalham *contra* estes objetivos. Enquanto isso, vai diminuindo o número de melhoristas capazes de trabalhar com metas independentes das transnacionais, com vistas a objetivos socialmente sustentáveis.

Existem, por certo, alguns melhoristas públicos que usam a engenharia genética na busca de características vegetais como mais valor nutritivo nos alimentos e a capacidade de tolerar secas, solos salinizados e outras condições que afligem os agricultores mais pobres, envolvendo inclusive as espécies mais consu-

ARTIGO

midas pelos pobres. Sabe-se, porém, que a sobrevivência de tais programas de pesquisa está ameaçada pelos cortes generalizados nos orçamentos e pela subordinação da pesquisa pública à agenda de "sócios" privados. E paira outra ameaça ainda: os "direitos de propriedade intelectual", principalmente os direitos de patentes.

As sementes de variedades transgênicas não podem ser reproduzidas livremente; são monopolizadas por patentes. As variedades convencionais também começam a ser monopolizadas por "direitos do melhorista", uma espécie de pseudo-patente criada exclusivamente para as cultivares agrícolas (nos países com leis que permitem este esquema de "proteção"). As tecnologias, as plantas e os genes patenteados não estão disponíveis para qualquer melhorista vegetal, a não ser para os empregados das

empresas donas dos direitos monopolísticos da patente. Este monopólio é um instrumento de poder.

No Brasil, ao longo dos debates no Congresso sobre a nova Lei de Cultivares em 1996-97, um dos argumentos oficiais mais brandidos a favor do projeto de lei afirmava que a lei permitiria que os melhoristas públicos (leia-se, da Embrapa) usassem suas variedades não transgênicas, protegidas por esta pseudopatente, como "fichas de barganha". Elas seriam licenciadas para transnacionais como a Monsanto e a Novartis, que colocariam seus próprios genes patenteados dentro do germoplasma público nacional. Parte da negociação seria financeira, e a outra passaria pelo licenciamento aos institutos de pesquisa pública do direito de usar técnicas e genes patenteados por aquelas empresas. Em consequência, as

principais instituições brasileiras de pesquisa agrícola vão concentrar seus esforços cada vez mais na introdução de novas variedades transgênicas – a começar pelo gene "Roundup-Ready", para vender mais herbicidas da Monsanto – sob condições negociadas com aqueles cartéis privados globais. Mais um exemplo da inserção subordinada do Brasil, neste "admirável mundo novo" da biotecnologia global. Enquanto isso, outros programas públicos com menos poder de barganha ou com agendas mais motivadas pela questão social não terão acesso sequer aos genes ou às tecnologias que poderiam ser usados com objetivos potencialmente mais sustentáveis.

Muitos pesquisadores e melhoristas, infelizmente, continuam se alimentando de uma ilusão: a de atingir a sustentabilidade e a segurança

alimentar através da engenharia genética. Estas biotecnologias, porém, constituem o feudo de um clube privado. Só quem subordinar os objetivos de sua pesquisa aos do cartel sementeiro transnacional será admitido.

Ao mesmo tempo – e graças a Deus – os agricultores do planeta ainda dispõem de alternativas bem mais saudáveis. Com investimento relativamente pequeno, os modelos agroecológicos continuam avançando, tanto em nível científico como no campo da realidade econômica e social.

David Hathaway é economista e assessor para a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA). Artigo escrito no Rio de Janeiro em 4 de abril 1999 (a partir de um artigo escrito em julho 1998, para *Courrier de la planète*, Solagrail, Paris). E-mail: (hathaway@netflash.com.br)

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

O Instituto Superior de Estudos Pedagógicos (Isep) está oferecendo cursos de pós-graduação nas áreas de Administração de Recursos Humanos, Gestão Financeira, Docência Superior e Psicopedagogia Institucional. Mais informações: Rua Frederico Silva, 86, Bloco B, 6º andar, sala 611, Centro, Rio de Janeiro, Tel. (021) 221-9221 / 224-5814 e 507-1899 ramal 223, Fax: (021) 221-9221.

PRÊMIO

Mercocidades de Ciência e Tecnologia

O Prêmio Mercocidades de Ciência e Tecnologia será atribuído anualmente ao pesquisador (ou grupo de pesquisa) cujo trabalho em pesquisa aplicada, de qualquer natureza, tenha contribuído efetivamente para solução de um problema relevante em uma das cidades integrantes da Rede Mercocidades.

A premiação será decidida por uma comissão composta pela cidade coordenadora, o Rio de Janeiro, e pelos dez representantes das cidades colaboradoras. São elas: Buenos Aires (AR), Córdoba (AR), Mar Del Plata (AR), General San Martin (AR), Porto Alegre (BR), Santo André (BR) e Juiz de Fora (BR). O premiado receberá diploma e US\$ 10.000.

Na primeira etapa, os concorrentes deverão ser inscritos nas Prefeituras das Mercocidades. As prefeituras se responsabilizarão pela seleção das melhores pesquisas, as quais serão avaliadas numa segunda etapa pela comissão de julgamento. Cada prefeito só poderá encaminhar uma indicação na segunda etapa.

Na segunda etapa, as inscrições deverão ser enviadas para a entidade coordenadora do Comitê de C&T (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/ Rede de Tecnologia do Rio de Janeiro), no seguinte endereço: Avenida Beira Mar, 262 – 5º andar – Castelo – CEP 20021-060 – Rio de Janeiro – RJ.

A comissão de julgamento indicará ao Comitê de Ciência e Tecnologia das Mercocidades, até dois meses antes da entrega do Prêmio, o trabalho premiado. O nome do vencedor será anunciado, com prévia divulgação através dos meios de comunicação, e o prêmio será entregue em cerimônia pública na cidade que sediar a Cumbre das Mercocidades. Mais informações: (021) 544-5751 ou info@redetec.org.br.

CEPAL

Parceria facilita aquisição

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), uma das cinco comissões regionais da Organização das Nações Unidas, dentre seus vários objetivos, visa compilar, avaliar e difundir informações econômicas e sociais. O Conselho Regional de Economia – RJ firmou convênio com essa instituição, para que os leitores interessados possam consultar o catálogo, disponível na Biblioteca Eginardo Pires, e/ou adquirir publicações. O dólar do mês corrente será informado na própria biblioteca, e as publicações que não estiverem imediatamente disponíveis serão solicitadas ao escritório da Cepal, em Brasília. Relacionamos, abaixo, alguns títulos:

- *Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe – 1998*, 108p. U\$ 15,00.
- *Panorama de la inserción internacional – 1998*, 225p. U\$ 20,00.
- *El régimen de contratación petrolera de América Latina en la década de los noventa (Cuadernos de la Cepal, 84)*, 134p. U\$ 8,00.
- *La inversión extranjera en América Latina y el Caribe – 1998*, 289p. U\$ 15,00.
- *Temas y desafíos de las políticas de población en los años noventa en América Latina y el Caribe (Cuadernos de la Cepal, 83)*, 267p. U\$ 8,00.
- *Revista de la Cepal – Número 67 – Abril de 1999*, 191p. U\$ 15,00.

Horário de funcionamento da biblioteca: segundas, quartas e sextas das 12h às 18h, terças e quintas das 11h às 17h.

FIQUE POR DENTRO

VALOR REFERENCIAL DE HONORÁRIOS – O VRH está fixado em R\$ 0,70 (setenta centavos de Real) para o mês de maio.

ENTREVISTA

SÉRGIO MENDONÇA

A política macroeconômica ignora o desemprego

Graduado e pós-graduado em Economia pela Universidade de São Paulo, Sérgio Mendonça é diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) desde 1990. Nesse período, tornou-se um maiores especialistas brasileiros em questões relacionadas com o desemprego. Nesta entrevista ao *Jornal dos Economistas*, fala sobre as causas do problema, explica as diferentes metodologias para avaliá-lo, apresenta resultados mais detalhados das pesquisas, comenta a eficácia de políticas e termina com um desabafo: "Em outros países, a evolução do desemprego determina a tomada de importantes decisões. É espantosa a indiferença com que nosso governo recebe a notícia de que, na Grande São Paulo, a taxa já chegou a 20%."

JORNAL DOS ECONOMISTAS: Qual foi a evolução do desemprego na década de 1990?

SÉRGIO MENDONÇA: Pela metodologia do Dieese e da Fundação Seade, a taxa da Grande São Paulo pula de cerca de 8% em 1989 para 18,3% em 1998 e atinge 19,9% em março de 1999.

JE: Como se pode explicar essa evolução?

SÉRGIO: É essencial que se leve em conta o contexto macroeconômico: terminaremos 1999 com uma renda *per capita* muito próxima à de 1980. Portanto, em termos de crescimento econômico, estamos completando duas décadas perdidas. Esta me parece ser a questão central. Além dela, há pelo menos mais duas: a abertura da economia, tal como foi conduzida nos anos 90, e o desmonte do Estado.

Eliminamos muito mais empregos do que seria necessário, especialmente na indústria, em função de uma

abertura selvagem e da manutenção, por longo tempo, de um câmbio sobrevalorizado. Com políticas mais sensatas, o corte de vagas talvez pudesse ter sido reduzido à metade. Quanto ao desmonte do Estado, basta lembrar que o setor público foi um colchão amortecedor do desemprego nos anos 80. Com Collor e Fernando Henrique, tornou-se mais um setor desempregador.

JE: A incorporação de novas tecnologias ajuda a explicar o fenômeno?

SÉRGIO: Os novos investimentos industriais de grande porte têm, de fato, uma relação capital/emprego muito desfavorável. Mesmo onde eles ocorrem, o saldo tende a permanecer negativo. A Volkswagen, em Resende (RJ), não chegou a gerar quinhentas vagas diretas, enquanto a construção naval do Rio de Janeiro fechava quase cem mil vagas ao longo da década.

Mas, se o avanço tecnológico fos-

se, em si mesmo, causador de desemprego, o Japão deveria ter tido as maiores taxas do mundo nas últimas décadas, pois foi o país que mais se modernizou no pós-guerra. Ora, ao longo desse processo, as novas oportunidades criadas, a forma de reinserção do país no mercado internacional, reduções na jornada de trabalho e a expansão de novos setores permitiram que o Japão conciliasse avanço técnico e criação de empregos. O crescimento da economia foi maior que o da produtividade. Processo semelhante ocorre com os Estados Unidos nos anos 90: em período recente, eles experimentaram um vigoroso movimento de modernização e apresentam hoje a menor taxa de desemprego das três últimas décadas, porque crescem ininterruptamente há oito anos. Houve, é certo, uma precarização nas relações de trabalho, com uma parcela crescente da mão-de-obra tendo que buscar dois empregos, e um agravamento na distribuição de renda, com maior distanciamento entre ricos e pobres. Mas a geração de empregos foi significativa.

Não há nada mais keynesiano que isso. Na *Teoria geral*, Keynes deixa claro que a situação de pleno emprego é um caso particular do sistema e que o desemprego não pode ser resolvido no âmbito do próprio mercado de trabalho. Remete o foco para a questão dos juros, da demanda agregada, da propensão a investir e a consumir, etc. Nos últimos anos, essa dimensão - que relaciona o desemprego às variáveis macroeconômicas - foi abandonada, ou pelo menos minimizada, por causa da hegemonia do pensamento neoliberal. Aumentou a ênfase nas políticas voltadas

para o mercado de trabalho e para a adoção de medidas compensatórias.

JE: Há alegações de que o custo do trabalho é alto no Brasil...

SÉRGIO: Nos últimos anos, ele subiu (em dólares) por causa da valorização cambial. Agora voltou ao seu baixo patamar tradicional.

JE: E o peso dos encargos?

SÉRGIO: Como os empresários não têm coragem de dizer que os salários brasileiros são altos, atacam os encargos. No entanto, frustraram-se todas as experiências internacionais que visavam a criar empregos através da diminuição de encargos. Nos anos 80, os Estados Unidos tinham desemprego superior a 10%. A taxa caiu muito, sem mudança na legislação, que sempre foi flexível. O que mudou foi a taxa de crescimento da economia deles nos anos 90.

JE: Qual é a proporção de encargos no Brasil?

SÉRGIO: José Pastore calculou que eles representam 102% dos salários. O Dieese defende que essa relação não passa de 25%.

JE: Por que tamanha discrepância?

SÉRGIO: Porque os empresários consideram encargos o descanso semanal remunerado, as férias, o décimo terceiro, etc. Assim, reduzem a base de cálculo e ampliam o montante considerado encargos. A conta está certa, mas o conceito está errado. Em todo o mundo, encargos são as contribuições destinadas a fundos coletivos que financiam políticas gerais, como a Previdência, o Senai, etc. Tudo o que é apropriado pelo próprio trabalhador é parte do seu salá-

rio. Se fizermos as contas respeitando os critérios internacionais, chegaremos àqueles 25% do Dieese. Além disso, o que é relevante para a determinação do investimento é o custo do trabalho, que se mantém idêntico nas duas contas. Este custo é baixo no Brasil, seja qual for o critério adotado para determinar o que é salário e o que é encargo.

JE: *Outra discrepância importante diz respeito às próprias taxas de desemprego, aferidas pelo IBGE e pelo Dieese junto com a Fundação Seade. Por que elas variam tanto?*

SÉRGIO: Baseando-se em recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o IBGE mede apenas o desemprego aberto: a pessoa deve estar sem ocupação e sem rendimento, tendo buscado trabalho ativamente nos sete dias anteriores à pesquisa. Além disso, ele considera ocupado quem trabalha, pelo menos, uma hora por semana. Não achamos que esse tipo de parâmetro seja adequado ao Brasil. Montamos um questionário mais completo, com 63 questões (o do IBGE tem 28), para obter informações mais precisas.

No caso do desemprego aberto, nossos critérios são os mesmos, com a diferença de que ampliamos para um mês o período relevante de procura de trabalho. Além disso, consideramos mais dois tipos de desemprego: o oculto pelo trabalho precário (o desempregado recebe alguma renda através de uma ocupação irregular e eventual) e o oculto pelo desalento (a pessoa parou de procurar emprego, embora o deseje, porque percebe que não há oferta disponível ou não pode mais arcar com os custos da procura). Isso explica a grande diferença entre as duas taxas.

Não temos nenhum interesse em inflar os números. Ao contrário do que muitos pensam, o Dieese não considera desempregado quem está no mercado informal, como os camelôs. Estes estão ocupados, tanto para o IBGE como para nós, pois têm uma atividade regular.

JE: *Como a taxa do Dieese se divide entre os três tipos de desemprego tipificados?*



FOTO: LUIZ SAULO LIMA

SÉRGIO: Na Grande São Paulo, a taxa de 20% se divide, *grosso modo*, da seguinte forma: 13% de desemprego aberto, 5% oculto pelo trabalho precário e 2% oculto pelo desalento. A taxa do IBGE para a mesma região é de 9%, mas ela deve ser comparada apenas aos nossos 13% de desemprego aberto. Neste caso, a diferença se explica porque, como disse, as instituições consideram períodos diferentes: 60% das pessoas que o Dieese e a Fundação Seade incluem no desemprego aberto procuraram trabalho na semana da pesquisa e 40% procuraram apenas nas três semanas anteriores. Estes últimos não são considerados pelo IBGE. Quem quiser conhecer melhor as diferenças metodológicas pode procurar diretamente o nosso *site* na Internet: www.dieese.org.br.

JE: *Há a possibilidade de que cidades do interior estejam gerando emprego, a ponto de provocar um redirecionamento da mão-de-obra, sem que as pesquisas sobre o tema captem isso?*

SÉRGIO: Tanto o IBGE como o Dieese e a Fundação Seade só medem o desemprego em regiões metropolitanas. Hoje, fazemos levantamentos em seis delas: São Paulo, Distrito Federal, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife. As Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio

(PNADs), também realizadas pelo IBGE uma vez por ano, não se propõem a gerar uma taxa nacional de desemprego e mostram números para macrorregiões, como Nordeste e Sudeste. Mesmo assim, a partir delas, pode-se chegar a uma estimativa de 5 a 6 milhões de desempregados no país, segundo a metodologia do IBGE nessas PNADs.

A atração de mão-de-obra para o interior pode ter ocorrido em algumas áreas, ou em certos períodos, mas não a ponto de compensar a evolução do desemprego nas regiões metropolitanas. Também no interior há regiões deprimidas, onde o desemprego certamente é alto. Nada indica ter havido um deslocamento espacial do emprego que possa ter compensado minimamente a perda maciça de postos de trabalho que ocorreu nas grandes cidades.

JE: *As taxas divulgadas, tanto pelo Dieese/Seade como pelo IBGE, expressam médias. É possível obter resultados mais desagregados?*

SÉRGIO: O questionário permite várias desagregações. Por faixas etárias, temos intervalos discriminados de 10 a 14 anos, de 15 a 17, de 18 a 24, de 25 a 39 e, por fim, de 40 anos ou mais. O desemprego é inversamente proporcional à idade, chegando a atingir a espantosa taxa 50% entre os mais jovens.

JE: *Que se pode concluir daí?*

SÉRGIO: Isso permite uma leitura ambígua. Do ponto de vista do longo prazo, a incapacidade do país absorver sua força de trabalho jovem é uma tragédia, até mesmo para a formação da auto-estima dessas pessoas. Mas, no curto prazo, o desemprego nessa faixa pode ser socialmente menos grave, pois os chefes de família – homens ou mulheres – não estão concentrados aí. A Europa tem uma tradição de desenhar políticas voltadas para chefes ou arrimos de família, pelas conseqüências multiplicadoras que seu desemprego tem.

JE: *E o desemprego que atinge as pessoas com mais de 40 anos?*

SÉRGIO: Essas pessoas têm dificuldades adicionais para encontrar nova vaga, não só pela idade, mas também pela baixa escolaridade média. Em geral, como não podem ficar sem nenhuma renda, tendem a “fazer bico”, enquadrando-se no que chamamos de desemprego oculto.

JE: *Você se referiu a uma distribuição desigual do desemprego pelas faixas etárias. Há outras desigualdades significativas?*

SÉRGIO: As mulheres são mais atingidas que os homens. Elas formam cerca de 40% da força de trabalho urbana e 50% do contingente de desempregados. Como muitas entram no mercado de trabalho para tentar completar a renda familiar, tendem a ter menos experiência, embora não menos escolaridade (a taxa média de escolaridade das mulheres é mais alta). Além disso, enfrentam a discriminação mais geral na sociedade e têm inserções mais precárias, com grande peso do emprego doméstico.

A distribuição do desemprego também se altera quando se comparam as capitais e os municípios vizinhos. Em fevereiro de 1999, por exemplo, a média da Grande São Paulo era de 18,7% de desemprego, mas nos sete municípios do ABC a taxa atingia 20,3% e nos outros municípios integrantes da mesma Região Metropolitana, economicamente menos dinâmicos, era ainda maior. Na região de Salvador, a taxa média é de 25%, mas fora da capital chega a 30%.

ENTREVISTA

JE: O que se vê quando se comparam o dados das seis regiões pesquisadas?

SÉRGIO: Ao longo do tempo, o desemprego é crescente em todas elas. Hoje, varia de 16% em Porto Alegre e Belo Horizonte, 20% em São Paulo e Brasília, 22% em Recife, até chegar a 25% em Salvador.

JE: Que políticas poderiam ser levadas adiante para minimizar o problema?

SÉRGIO: Teoricamente – e olhando para o futuro – o Brasil tem perspectivas muito mais favoráveis para tratar essa questão. Somos um país em construção, temos muito a fazer na infra-estrutura econômica e social. Por outro lado, nosso imenso mercado interno está por ser explorado. Hoje, a participação dos rendimentos do trabalho na renda nacional deve estar em torno de 35% do PIB, que é uma percentagem baixíssima. Se ela fosse aumentada, através de um processo sustentado de distribuição de renda, as perspectivas de dinamização da economia e de geração de empregos seriam gigantescas. Mas estamos fazendo exatamente o contrário: esterilizamos a demanda, transferindo recursos para os setores rentistas, que consomem em Miami ou mandam recursos financeiros para o exterior.

Por outro lado, é preciso recuperar a capacidade de investimento do Estado. A meu ver, isso exigiria uma reforma tributária e uma melhora no perfil de distribuição de renda, para que o número de contribuintes se ampliasse. Mais de 2/3 da arrecadação do Estado brasileiro vêm de impostos indiretos. Teríamos que inverter isso, mas essa é uma discussão velha de pelo menos quinze anos, sempre tratada de forma a permanecer inconclusiva. Uma reforma que permitisse reduzir a incidência de impostos sobre os bens de consumo das famílias de baixa renda representaria, por si só, uma importante política de rendas.

Quanto à concentração de renda, ela dificulta que se obtenham novos ganhos de arrecadação, a não ser que o Estado se dispusesse a taxar pesadamente os ricos, o que é muito difícil. Também é pequena a possibi-

lidade de aumentar ainda mais os impostos indiretos, que toda a população paga. Ou seja, para o nosso nível de renda e a forma como ela é distribuída, a carga tributária atual já é alta.

JE: Fora desse contexto, que exigiria grandes mudanças, como você vê a eficácia de políticas alternativas?

SÉRGIO: Tudo o que puder ser feito para minorar o desemprego é bom, mas não resolve o problema se a economia não estiver em expansão. As políticas alternativas têm um potencial pequeno em um quadro macroeconômico desfavorável. Tenho experiência direta sobre isso. Faço parte do conselho consultivo da Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias, que agrupa cerca de cinquenta empresas, com 15 mil empregos. Em geral, eram empresas quase falidas, cuja gestão foi assumida pelos trabalhadores, que lutam bravamente para mantê-las. É preciso, no entanto, mexer na legislação, especialmente do ponto de vista do crédito e da possibilidade de concessão, mesmo provisória, de anistia de impostos, sem o que elas não podem se recuperar.

As chances também diminuem muito se a economia não voltar a crescer. Nesse caso, as pessoas ficam migrando de um tipo de inserção (assalariada) para outra (informal ou cooperativada), disputando uma renda global que não cresce, num grande jogo de soma zero ou mesmo negativa. A transformação de assalariados em autônomos, por exemplo, tem gerado uma enorme ampliação da jornada de trabalho, o que é um indicador de precarização do trabalho. E o crescimento dos negócios informais, em um contexto de estagnação, pode contribuir para arrebentar ainda mais o que resta de formal.

JE: Entre as políticas enfatizadas hoje está a requalificação da mão-de-obra. Que possibilidades você vê nesse caminho?

SÉRGIO: Ninguém é contra investir em requalificação profissional, mas isso não é uma panacéia. Em primeiro lugar, a base estatística e o grau de articulação da sociedade não per-

mitem – nem no Brasil nem em outros países – uma avaliação minimamente precisa das profissões que estão surgindo e das que estão desaparecendo. Em segundo lugar, a migração de uma profissão para outra frequentemente pressupõe uma base de escolaridade muito superior à do brasileiro médio. Quem trabalha na construção civil, durante muito tempo continuará dependendo de oportunidades criadas nesse setor. Se a economia crescer, ele será absorvido. Se não crescer, não adiante imaginar que ele conseguirá emprego em uma indústria de informática.

A requalificação profissional tem que ser colocada em seu devido lugar. Ela modifica, na margem, a oferta de trabalho, mas não expande a demanda. Não é uma política ativa. Além disso, quem expressa essa demanda são os setores mais organizados. Só teríamos políticas de formação para os segmentos marginalizados – que são a maioria – se tivéssemos um Estado muito mais forte.

JE: E o seguro-desemprego?

SÉRGIO: Ele avançou bastante, atingindo hoje cerca de 4 milhões de pessoas por ano, embora garanta uma renda muito baixa para elas. O sistema público de emprego, por sua vez, concebido conforme as recomendações da OIT – formação profissional, intermediação e seguro-desemprego –, tem apenas cinco a seis anos no Brasil. Estamos em fase de aprendizado.

JE: Como você vê o posicionamento do movimento sindical nessas questões?

SÉRGIO: Nos Estados Unidos e na Europa, o desemprego é um problema antigo. No Brasil, é recente. Na “década perdida” de 1980, o setor público expandiu sua demanda de trabalho e funcionou como um colchão amortecedor do baixo crescimento. A ação sindical deu prioridade à busca de reposição dos salários corroídos pela inflação. A questão do emprego só assume a primazia a partir de 1996. Apesar disso, creio que os sindicatos estão avançando. Muitos deles se envolveram na formação profissional, participam em comissões descentralizadas, inclusive de nível

municipal, sobre o assunto, debatem a organização de agências de desenvolvimento solidário, e assim por diante. Todos percebem que a importância dos sindicatos diminuirá se eles não forem capazes de dialogar com a massa crescente que está sendo jogada para fora dos circuitos formais da economia.

JE: Há uma perspectiva de obtenção de recursos para que os sindicatos façam políticas de intermediação de mão-de-obra?

SÉRGIO: Há, mas isso é polêmico. O movimento sindical pode correr muitos riscos se absorver responsabilidades típicas do Estado.

JE: Os recursos do FAT não poderiam ser melhor utilizados?

SÉRGIO: O Dieese não acompanha o uso do FAT pelo BNDES, mas temos ouvido críticas sobre isso por parte dos representantes das centrais sindicais. Eles dizem que grandes empresas recebem recursos imensos para projetos que não geram emprego ou desempregam. É o caso, por exemplo, do financiamento às privatizações.

JE: Depois de alguns anos lidando com essa questão, o que lhe parece mais frustrante?

SÉRGIO: O desemprego é um indicador social dramático, pois tem uma série de efeitos sobre a autoestima das pessoas diretamente afetadas, sobre a probabilidade de desagregações familiares, sobre o aumento do trabalho infantil, etc. Por isso, nos países desenvolvidos, essa taxa influencia diretamente a condução da política macroeconômica, especialmente no que diz respeito à fixação dos juros, afetando por isso o desempenho também das bolsas de valores. Importantes decisões governamentais – e, por extensão, privadas – são tomadas em função desse indicador. Aqui, é espantosa a indiferença com que o governo recebe esses números. A última taxa divulgada pelo Dieese para a Grande São Paulo (19,9%) é altíssima, qualquer que seja a referência usada. Não se tem notícia de uma só reunião da equipe econômica para debatê-la. O governo, simplesmente, a ignora. É uma postura inaceitável.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

A página deste mês destaca o início do diálogo do Fórum com a Prefeitura carioca, a apresentação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, o orçamento participativo nos estados e a criação do Fórum do Orçamento em Curitiba.

FÓRUM DO ORÇAMENTO DE CURITIBA

Agora Curitiba também tem um fórum voltado para a discussão do orçamento. O Conselho Regional de Economia do Paraná (Corecon/PR) divulgou um boletim em que anuncia a formação desse fórum. Várias entidades e movimentos atuantes na cidade de Curitiba aderiram à idéia, entre eles movimentos sindicais, estudantis, organizações religiosas e conselhos profissionais. O Corecon/PR propôs-se a dar o suporte técnico a esse fórum. A exemplo do que acontece no Rio de Janeiro, em Curitiba a participação está aberta a qualquer entidade ou pessoa interessada em conhecer, acompanhar e discutir a elaboração e a execução do orçamento municipal. No boletim divulgado pelo Corecon-PR, são apontados como objetivos finais desse fórum a ampliação da cidadania, através da participação no processo de democratização do orçamento da cidade. Se você se interessou por essa iniciativa, entre em contato com Corecon-PR no telefone (041) 352-2820, fax (041) 253-9447 ou pelo e-mail corecon-pr@cofecon.org.br.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias é um instrumento do planejamento governamental introduzido pela Constituição de 1988 para explicitar as metas e prioridades da administração pública, orientar a elaboração da lei orçamentária e dispor sobre as alterações na legislação tributária.

Infelizmente, o projeto do prefeito não apresenta as metas a serem cumpridas nem as prioridades governamentais. Apenas elenca centenas de itens de muito pouca utilidade para o entendimento do que é importante para a Prefeitura. Cabe ressaltar que projeto de lei federal sobre finanças públicas considera **crime de responsabilidade** contra a lei orçamentária "propor lei de diretrizes orçamentárias anual que não contenha as metas físicas...".

Na parte referente a elaboração da lei orçamentária não discrimina os critérios para a atualização monetária, apesar da economia brasileira indicar índices inflacionários baixos.

Nas alterações da legislação tributária não há indicação de que programas serão prejudicados ou reforçados em função das possíveis alterações.

Por conseguinte, o Fórum formulará emendas no sentido de aumentar a transparência dos dados orçamentários e criar um canal de discussão da sociedade com o poder público sobre a lei orçamentária. Na próxima página apresentaremos essas propostas.

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NOS ESTADOS

Pelo menos cinco estados brasileiros resolveram aderir a uma novidade na administração pública brasileira: o orçamento participativo estadual. Conhecido como uma marca de administrações municipais do PT, o orçamento participativo vem há anos ganhando adeptos em cidades governadas por outros partidos, entre eles o PSDB, PDT e o PFL. Atualmente, mais de 70 municípios adotam o mecanismo.

No ano passado, no entanto, vários candidatos ao governo dos estados incluíram os programas de orçamento participativo em suas promessas. As metodologias a serem adotadas diferem muito em cada estado, mas os governadores do Maranhão, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro prometem aderir à proposta.

A governadora Roseana Sarney, do PFL do Maranhão, diz que vai implementar em seu estado um orçamento participativo "adaptado". Lá não haverá a participação direta dos cidadãos. A discussão do orçamento será feita com as entidades da sociedade, como associações de moradores.

No Rio Grande do Sul o projeto já está muito avançado. Ao contrário de outros estados, lá as assembleias estão sendo feitas em cada um dos 467 municípios do estado, com a participação direta dos moradores. As assembleias municipais constituem a primeira parte do programa, realizada nos meses de março, abril e maio. No final do processo, em julho, será eleito um conselho que elaborará junto ao governo a proposta orçamentária.

No Rio de Janeiro o processo será parecido. Só que aqui, ao invés de realizar assembleias em cada cidade, o governo do pedetista Anthony Garotinho optou por dividir o estado em 13 diferentes regiões onde acontecerão as plenárias. A partir do dia 8 de maio, em Angra dos Reis, o modelo de orçamento participativo apresentado pelo secretário estadual de Planejamento, Jorge Bittar, começa a ser colocado em prática.

Até julho acontecerão 20 reuniões. Nessas plenárias, qualquer cidadão poderá participar, registrando suas reivindicações em um formulário. Em outra fase será eleito um conselho estadual, formado pelas pessoas eleitas nas outras etapas. Até setembro o documento final tem que estar pronto para ser enviado à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj).

No caso de sucesso dessa idéia nos estados, aumentará a pressão sobre a União para adotá-la.

DIÁLOGO

Aconteceu na sexta-feira, 7 de maio, a audiência do Fórum com o prefeito do Rio de Janeiro, Luiz Paulo Conde (PFL), juntamente com o vereador Edson Santos, presidente da Comissão de Finanças e Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara Municipal.

O encontro serviu para a apresentação dos dados completos do questionário ao prefeito - em parte já publicado em nossa coluna. Nesse questionário, produzido e divulgado pelo Fórum, constam as áreas de atuação da Prefeitura e suas principais ações. Quem recebesse o questionário deveria dizer o que considerava mais importante para a cidade.

Além da apresentação dos dados, os membros do Fórum solicitaram e obtiveram do governante do Rio um comprometimento em relação à democratização do orçamento municipal. "O orçamento participativo é o melhor instrumento da cidadania", disse o prefeito. Diante desta disposição, o Fórum solicitou o acesso aos dados orçamentários essenciais para compreender o processo e ficou de apresentar uma proposta de discussão do processo orçamentário envolvendo a sociedade, Poder Executivo e Poder Legislativo. É ver para crer.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Da margem de 30% sobre o total do orçamento de que dispõe para remanejar, a Prefeitura já utilizou 7%. Esse dado consta de um levantamento que o Fórum realizou, com os dados que foram publicados no *Diário Oficial* até o dia 28 de abril. Até agora, já foram remanejados mais de R\$ 300 milhões.

Vários projetos e atividades foram prejudicadas, das quais destacamos: projetos conservação da Avenida Brasil, divulgação da cidade do Rio de Janeiro e de compra de equipamentos para portadores de deficiência física.

Dentre os beneficiados estão o pagamento de dívidas, programas para a realização de eventos esportivos como o Grand Prix de Atletismo, campeonatos de jiu-jitsu e a concessão de patrocínio para atletas de alto rendimento.

Outra área a ganhar recursos foi a de publicidade e propaganda. Um programa que deveria financiar a divulgação da cidade do Rio de Janeiro perdeu recursos para um programa cujo objetivo é "dar publicidade às ações do governo". Faz sentido, não?

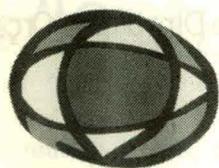
FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Rio de Janeiro

Se você quiser participar e emitir sua opinião sobre o Orçamento carioca, as reuniões do *Fórum Popular do Orçamento* acontecem sempre às quintas-feiras, às 17 horas no Corecon. Estas reuniões são abertas à participação de qualquer cidadão. Para novas e outras informações e envio de críticas/sugestões para esta coluna:

Corecon: Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20054-900 - Tel. (021) 232-8178 - Fax (021) 509-8121
E-mail: coreconrj@ax.apc.org • Home page: <http://www.economistas.com.br>
A/C do conselheiro **Luiz Mario** ou das estagiárias **Renata Carvalho, Ruth Espínola e Fernanda Ricardo**.

DEBATE



Tribunal da Dívida Externa

VEREDICTO

O Tribunal da Dívida Externa, realizado de 26 a 28 de abril, no Rio de Janeiro, contou com a participação de 1700 pessoas de todo o Brasil. As entidades da Coordenação voltarão a reunir-se em 17 de maio para avaliar o Tribunal e planejar o prosseguimento das atividades da Campanha. Abaixo, publicamos o Veredicto:

O TRIBUNAL DA DÍVIDA EXTERNA reuniu-se nos dias 26 a 28 de abril de 1999, no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro, Brasil, no local onde foi enforcado Tiradentes, herói e mártir da Independência, na presença e com a participação de mil e duzentas pessoas de diversas partes do Brasil e diversos países do mundo. Promovido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e Cáritas, Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), Coordenadoria Ecumênica de Serviços (Cese), Central de Movimentos Populares (CMP), Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e o Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), com o apoio do Corecon/RJ, Senge/RJ, Sindecon/RJ, Ierj e Pacs, o Tribunal teve como objetivos julgar o caso brasileiro da dívida externa e reforçar a Campanha do Jubileu 2000 em favor do cancelamento da dívida dos países de baixa renda e mais endividados. Por ser o Brasil, assim como alguns outros países da América Latina e do Caribe, um dos países com economia de renda média e considerado emergente, e por ser um dos países que tem um dos piores perfis de distribuição de renda do mundo, com 1/4 de sua população - 40 milhões de pessoas - situadas abaixo da linha de pobreza, foi objetivo do Tribunal identificar a relação entre a dívida externa e esta situação de injustiça e miséria. Além de identificar os fatores que originam, constituem e agigantam a dívida externa, bem como os seus responsáveis, o Tribunal visou a definir políticas alternativas e estratégias para superar, de forma sustentável, a crise do endividamento externo e suas conseqüências sociais e ambientais. Após conhecer amplo e múltiplo material documentado, ouvindo depoimentos e testemunhos de brasileiros

e de especialistas de outros países, em quatro sessões - sobre o sistema financeiro internacional; sobre o endividamento brasileiro; sobre casos exemplares de endividamento de outros países; e sobre perspectivas de ação para enfrentar e superar a crise do endividamento brasileiro -, o Tribunal Popular, constituído por representantes de diversos setores da sociedade brasileira, chegou ao seguinte veredicto:

CONSIDERANDO

1. QUE, segundo os estudos e dados apresentados no Tribunal, a dívida dos países mais pobres e mais endividados já foi paga e, na forma contábil atual, é impagável;

2. QUE a dívida brasileira, a partir da última renegociação, há cinco anos, aumentou de US\$ 148 bilhões em fim de 1994 para US\$ 235 bilhões em novembro de 1998, e que no período foram pagos cerca de US\$ 126 bilhões aos credores externos, indicando uma velocidade insustentável de endividamento, ao ponto de quase todos os novos contratos estarem destinados ao serviço da própria dívida, configurando um círculo vicioso de endividamento;

3. QUE a decisão unilateral dos Estados Unidos, no fim dos anos 70, de aumentarem a taxa de juros do nível histórico de 4% a 6% para mais de 20% em poucos meses, significou uma traição da boa-fé dos contratos e, além de ter forçado os países devedores a tomar empréstimos para pagar os juros, acarretou um pagamento extra que correspondeu à perda de US\$ 106 bilhões para a América Latina;

4. QUE o fato de os credores imporem aos devedores uma taxa de risco para prevenir-se de uma possível incapacidade de pagamento dá a estes o direito de declarar-se insolventes sem ônus;

5. QUE governos identificados

com grandes empresas e bancos endividados com o exterior têm praticado a estatização da dívida externa privada, socializando custos e comprometendo ainda mais os fundos públicos com o serviço da dívida externa;

6. QUE empresas públicas estratégicas foram utilizadas como instrumento de sobre-endividamento, comprometendo sua saúde financeira e capacidade de investimento, servindo isto de pretexto para sua posterior privatização;

7. QUE existe um vínculo explícito entre a dívida externa, o excessivo endividamento público interno e a busca de capital externo de curto prazo, submetendo o país a uma política de altíssimas taxas de juros;

8. QUE o governo, por conceber o sistema financeiro como um absoluto e como um fim, sacrificou a parte do orçamento dedicada a despesas com políticas sociais e de dinamização da economia interna para manter em dia o pagamento das dívidas financeiras, tendo como resultado o abandono da saúde, da educação, das políticas de emprego, de moradia popular, de demarcação e garantia das terras indígenas e das suas condições de sobrevivência enquanto povos, de valorização dos idosos e das crianças, de realização da reforma agrária, de conservação e recuperação do meio ambiente;

9. QUE as políticas econômicas e de ajuste do FMI têm-se provado desastrosas para os países que a elas se submetem, e servem para aumentar ainda mais a dívida e os outros passivos externos desses países, constituindo uma moratória sem fim das dívidas sociais e ambientais, das quais os credores são as crianças, as mulheres e homens trabalhadores do campo e da cidade, os negros, os povos indígenas e a natureza;

10. QUE os Estados Unidos manipulam a ONU, a OMC, o FMI, o Banco Mundial e a OTAN em função de suas estratégias de hegemonia e controle dos povos da Terra;

11. QUE o endividamento público brasileiro sempre favoreceu os interesses e privilégios das elites dominantes;

12. QUE o excessivo endividamento brasileiro foi gerado sobretudo nas últimas três décadas, marcadas pelos 21 anos de ditadura, e por uma transição para governos civis que completaram a rendição conivente da política econômica ao capital financeiro;

13. QUE este endividamento foi constituído por governos ditatoriais, e portanto ilegítimos e antipopulares, e que os credores desses governos, além de terem sido seus cúmplices, tinham consciência dos riscos que implicavam estes empréstimos;

14. QUE a expansão da dívida está relacionada com as elites brasileiras que, em toda a história e atualmente, têm sido coniventes com as instituições financeiras do exterior, tanto privadas e oficiais quanto multilaterais;

15. QUE a dívida externa constitui violação continuada do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, fixado pela ONU em 16/12/66, que exige o reconhecimento do direito de cada nação à autodeterminação, ao desenvolvimento econômico bem como à livre disposição de suas riquezas e recursos naturais, e ainda que, em caso algum, poderá um povo ser privado dos seus próprios meios de subsistência;

OS INTEGRANTES DO TRIBUNAL DA DÍVIDA EXTERNA DECIDEM, POR UNANIMIDADE: A dívida externa brasileira, por ter sido constituída fora dos marcos

DEBATE

legais nacionais e internacionais, e sem consulta à sociedade, por ter favorecido quase exclusivamente as elites em detrimento da maioria da população, e por ferir a soberania nacional, é injusta e insustentável ética, jurídica e politicamente. Em termos substantivos ela já foi paga e persiste apenas como um mecanismo de submissão e escravização da sociedade ao poder financeiro da usura e da globalização do capital, e de transferência de riquezas para os credores. Por isso, este Tribunal condena o processo de endividamento brasileiro, que implica na subordinação aos interesses do capital financeiro internacional e dos países ricos, apoiados pelos organismos multilaterais, como iníquo e ilegítimo. Responsabiliza as elites dominantes pelo endividamento excessivo e por abdicarem de um projeto próprio de desenvolvimento para o Brasil. Responsabiliza os governos e políticos que apoiam e promovem o projeto de inserção subordinada do Brasil à economia globalizada. Responsabiliza os economistas, juristas, artistas e intelectuais que lhes dão embasamento técnico e ideológico. Responsabiliza a ditadura dos grandes meios de comunicação, que tentam legitimar a dívida e bloqueiam o debate sobre alternativas.

Decide ainda comunicar às autoridades legislativas, executivas e

judiciárias, da União, Estados e Municípios, esta decisão, para que a respeitem, pela legitimidade da estrutura e função social deste Tribunal.

Assumindo a esperança presente nas lutas populares por alternativas de vida, de relações sociais e de organização da economia e da sociedade, o Tribunal propõe a todos os brasileiros e brasileiras os seguintes compromissos e estratégias de ação:

- Pela união de todos os povos em favor do cancelamento geral e irrestrito das dívidas externas dos países de baixa renda mais endividados, e devolução das riquezas que lhes foram pilhadas, sem imposição de outras condições senão a da aplicação dos recursos poupados no resgate das dívidas sociais sob o controle da própria sociedade e do pleno respeito aos direitos humanos de todos os cidadãos.

- Pela auditoria da dívida pública externa e de todo o processo de endividamento brasileiro, com a participação ativa da sociedade civil, a fim de verificar contábil e juridicamente se ainda existe dívida a pagar, de quem ela deve ser cobrada, e de estabelecer normas democráticas de controle sobre o endividamento.

- Por uma moratória soberana, pelo rompimento do acordo com o FMI e pela redefinição das dívidas

com base nos resultados da auditoria, e na afirmação da soberania nacional.

- Por uma política de desenvolvimento centrada nos direitos da pessoa e da sociedade, e apoiada principalmente nos recursos materiais e humanos do país, superando a lógica e a prática do endividamento irresponsável que vigora atualmente.

- Pelo firme controle do câmbio, que instrumente o governo para frear a especulação e reestimar o investimento produtivo, incluindo mecanismos efetivos de controle, fiscalização de toda forma de entrada e saída ilegal de moedas (nacional e estrangeiras) e de mercadorias em geral.

- Pela renacionalização e democratização de empresas estratégicas.

- Pela renegociação das dívidas dos estados e municípios, vinculando os recursos poupados ao resgate das dívidas sociais e ambientais, e refundando o pacto federativo numa perspectiva democrática e participativa.

- Pelo reforço das mobilizações e campanhas como o ATTAC, que exigem o estabelecimento de mecanismos de regulação e de taxação da circulação do capital especulativo internacional, visando a criação de um fundo destinado ao resgate de vida digna dos mais empobrecidos.

- Pela união dos povos da Améri-

ca Latina e Caribe em torno de políticas alternativas e estratégias comuns ao Continente, para enfrentar juntos o círculo vicioso do endividamento e os outros fatores de empobrecimento e subordinação que historicamente afligem todo o continente.

- Pela participação da Campanha Jubileu 2000, do Conselho Mundial de Igrejas e de outras instituições nacionais e internacionais, numa mobilização que leve Estados democráticos a propor à Assembléia Geral da ONU uma ação junto ao Tribunal Internacional de Haia para julgar os processos que originaram e hipertrofiaram a dívida externa dos países empobrecidos e altamente endividados e os seus responsáveis. O presente Tribunal é o marco simbólico de uma longa caminhada. Conclama por isso os brasileiros e brasileiras a participarem com esperança e destemor das iniciativas que dele irão brotar, e continuarem de pé, nas ruas e praças, até conseguirmos que o Brasil seja de verdade uma pátria para todos, e que todos tenham condições de vida digna e de plena realização da cidadania. É a nossa decisão. Publique-se e divulgue-se. É autorizada a subscrição somente por todas as mulheres e homens de bem.

Rio de Janeiro, Patíbulo de Tiradentes, 28 de abril de 1999

CURSOS

Cursos de verão em Portugal

De 18 a 31 de julho acontecerão os cursos de verão em Portugal. Promovidos pela Associação das Universidades da Região Norte (AURN), os cursos visam o intercâmbio, combinando informação, desenvolvimento pessoal e lazer.

A programação desse ano inclui três cursos voltados especialmente para os economistas: *União Européia: políticas, economia e moeda única*, da Universidade do Porto/Faculdade de Economia; *União Européia: um modelo de integração para o Mercosul?*, na Universidade do Minho; *Estratégias de desenvolvimento rural*, na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.

O programa está aberto a qualquer pessoa com formação universitária ou experiência profissional no tema escolhido. As vagas são limitadas, 50 por curso. O custo de participação é de US\$ 950 - que pode ser pago em três parcelas - e inclui: alojamento (em apartamento duplo), alimentação (nos dias úteis), aulas, visitas, atividades de lazer e transportes locais, previstos na programação.

Mais informações: <http://www.aurn.pt>, ou diretamente com Delvia Carvalho, pelos telefones: (048) 235-1271/980-4485.

JORNAL

Contrato de promoção e participação

A *Gazeta Mercantil* deseja falar com os economistas. O objetivo é oferecer-lhes a assinatura do jornal com desconto, vantagem que foi obtida graças à parceria firmada entre o Corecon-RJ e a *Gazeta Mercantil S.A.*, em contrato assinado em 14 de setembro de 1998. Pelo que prevê esta parceria, o *Jornal dos Economistas* veicula, a partir deste número, encarte anunciando as assinaturas e autoriza a *Gazeta* a distribuir exemplares de propaganda em seus eventos.

Uma das contrapartidas do acordo prevê, ainda, que o Corecon-RJ repasse para a *Gazeta Mercantil*, os nomes e os telefones dos economistas registrados na entidade, para que a oferta seja feita diretamente aos interessados.

No entanto, para que seja respeitada a privacidade de cada um, o Corecon só cederá os nomes e telefones daqueles que a isso não se opuserem.

Se você não quer ser procurado por telefone pela *Gazeta Mercantil*, comunique-se com o Corecon-RJ e seu nome será retirado da lista.

Telefone: (021) 224 0578 - das 14 às 19 horas, com Viviane.

CONGRESSO

XIII Congresso Brasileiro de Economistas

VII Congresso de Economistas da América Latina e Caribe

“A herança do Século XX e a construção do novo século”

O Conselho Federal de Economia e o Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro sediarão, entre os dias 13 a 17 de setembro de 1999, no Rio de Janeiro, o XIII Congresso Brasileiro dos Economistas e o VII Congresso da Associação de Economistas da América Latina e Caribe. Os eventos reunirão cerca de 2 mil pessoas, entre economistas, estudantes e outros profissionais de diversas origens.

A realização dos dois eventos no Rio de Janeiro, na mesma ocasião, destina-se a propiciar um balanço, ao mesmo tempo abrangente e profundo, do quadro econômico, social e institucional da América Latina e do Caribe, de maneira a captar as aceleradas mutações que vêm ocorrendo na realidade econômica da região nesta virada de século. Constituem, assim, oportunidades únicas para que economistas da região realizem intensa troca de percepções, experiências e análises sobre nossa realidade, em mutação.

A perspectiva adotada é histórica. Destina-se a captar os fenômenos locais e globais que dão forma e movimento a essas mutações. O objetivo é conciliar um balanço da herança recebida com uma reflexão, também profunda e abrangente, sobre os desafios e soluções para os problemas no século XXI. A herança do século XX deve ser vista e explorada como um fator para a construção de um novo século, que - espera-se - seja marcado pela menor desigualdade, assim como pela maior solidariedade, justiça social, progresso e racionalidade econômica.

O aparente consenso em torno da globalização tem mascarado divergên-

cias sobre o caráter e a amplitude das mudanças em curso neste final de século. A busca de alternativas de desenvolvimento exige uma clara definição das condições de acesso aos fluxos de investimento, tecnologia e comércio internacional, assim como o estabelecimento das bases de integração aos mercados regionais e de geração de empregos.

Os economistas brasileiros, latino-americanos e caribenhos têm um importante papel a desempenhar, tendo em vista a riqueza de experiências e conhecimentos acumulados numa região marcada por grandes desigualdades sociais e desafios. Promover o intercâmbio desses economistas é um dos objetivos a serem alcançados no Rio de Janeiro em 1999.

ÚLTIMAS ATUALIZAÇÕES

- ☛ O Congresso conta com novos apoios. São eles: United Nation Conference on Trade and Development (Unctad) e Faculdade de Ciências Econômicas e Administração da Universidade da República do Uruguai.
- ☛ A relação de palestrantes nacionais e internacionais conta com novos nomes confirmados. Veja a lista!
- ☛ A UNCTAD deverá apresentar em sessão especial o seu mais importante relatório "Trade and Development Report".

DIA 13/09/99 – HOTEL GLÓRIA

18:30 às 20:30 horas	Abertura: A crise dos paradigmas e os desafios para o século XXI
INTERVALO	
21:00 horas	Coquetel de confraternização

DIA 14/09/99

HORÁRIO	A DESENVOLVIMENTO	B INSERÇÃO	C EMPREGO	D CURSOS
09:00 às 10:30 horas	A1. Políticas de estabilização e desenvolvimento	B1. Economia internacional no final do século XX	C1. Globalização, modernização tecnológica e emprego	1 - Cenários macroeconômicos 2 - Fontes de dados, uso e disseminação de informações econômicas e sociais sobre a região 3 - Pensamento econômico
INTERVALO				
10:45 às 12:30 horas	A2. Globalização, governabilidade e Estado-nação	B2. Política comercial, regulação e fluxos de comércio	C2. Desigualdades regionais e políticas de emprego	
ALMOÇO				
14:00 às 16:00 horas	A3. Infra-estrutura / investimento / financiamento	B3. Lições e experiências recentes de integração regional	C3. Produtividade e emprego industrial	
INTERVALO				
16:15 às 18:00 horas	A4. Desigualdades / distribuição de renda e riqueza	B4. Alca: situação atual e perspectivas	C4. Flexibilidade: solução ou precarização do trabalho?	

CONGRESSO

DIA 15/09/99

HORÁRIO	A DESENVOLVIMENTO	B INSERÇÃO	C EMPREGO	D CURSOS
09:00 às 10:30 horas	A5. Déficit público / endividamento / sistema financeiro	B5. OMC: resultados e preparativos para a rodada do milênio	C5. Experiências de geração de emprego e distribuição de renda	1 - Cenários macroeconômicos 2 - Fontes de dados, uso e disseminação de informações econômicas e sociais sobre a região 3 - Pensamento econômico
INTERVALO				
10:45 às 12:30 horas	A6. Macrocenários nacionais de longo prazo	B6. Globalização financeira e liberalização cambial na região	C6. Emprego e desemprego: diferenciais por gênero	
ALMOÇO				
14:00 às 16:00 horas	A7. Reestruturação industrial e política tecnológica na região	B7. Transnacionais, desnacionalizações e concentração de poder econômico	C7. Inserção internacional e reflexos na estrutura de emprego	
INTERVALO				
16:15 às 18:00 horas	A8. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável	B8. Estratégias dos bancos multilaterais para a economia da região	C8. Padrões de trabalho e comércio internacional	
INTERVALO				
18:15 às 20:00 horas	Sessão comemorativa do cinquentenário do <i>Manifesto latinoamericano</i> , de Prebisch/Cepal			
INTERVALO				
22:00 horas	Evento cultural / lazer			

DIA 16/09/99

HORÁRIO	A DESENVOLVIMENTO	E CEPAL	F COMUNICAÇÕES
09:00 às 10:30 horas	A9. Educação: base do desenvolvimento econômico / social	E1. Síntese geral da pesquisa	Apresentação de trabalhos selecionados pelo comitê científico
INTERVALO			
10:45 às 12:30 horas	A10. A questão regional e a organização do território	E2. Acumulação de capital	Apresentação de trabalhos selecionados pelo comitê científico
ALMOÇO			
14:00 às 16:00 horas	A11. Reforma agrária e desenvolvimento da agricultura	E3. Progresso técnico	Apresentação de trabalhos selecionados pelo comitê científico
INTERVALO			
16:15 às 18:00 horas	A12. O Estado num mundo em transformação	E4. Emprego e distribuição de renda: indicadores	Apresentação de trabalhos selecionados pelo comitê científico
INTERVALO			
22:00 horas	Evento cultural / lazer		

DIA 17/09/99

09:00 às 11:00 horas	Encerramento: padrões de desenvolvimento e projetos alternativos		
INTERVALO			
11:15 horas	Plenária do congresso brasileiro. Reunião dos presidentes dos colegiados da América Latina e Caribe		

ORGANIZAÇÃO

- Conselho Federal de Economia - Cofecon
- Associação de Economistas da América Latina e Caribe - Aealc
- Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro - Corecon/RJ
- Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro - Sindecon/RJ
- Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro - Ierj

APOIO:

- Anpec - Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia
- Ange - Associação Nacional de Cursos de Graduação em Economia
- SEP - Sociedade Brasileira de Economia Política
- IE/UFRJ - Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Universidade Cândido Mendes
- Unesco - Unidat Regional de Ciências Sociais para América Latina y Caribe - Unesco
- Unesco / Universidade das Nações Unidas sobre Economia Global e Desenvolvimento Sustentável (Reg/Gen)
- Dieese - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos
- NUSEG / UERJ - Núcleo Superior de Estudos Governamentais - NUSEG / UERJ
- UFF - Mestrado de Economia da Universidade Federal Fluminense - UFF
- Facultad de Economía Division de Estudios de Posgrado da Universidad Nacional Autónoma de México
- Sela - Sistema Económico Latino-Americano
- Aladi - Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração
- UNCTAD - United Nation Conference on Trade and Development
- Faculdade de Ciências Econômicas e Administração da Universidade da República do Uruguai

CONGRESSO

CALL FOR PAPERS

Sucesso, assim pode-se resumir a Chamada de Trabalhos, que teve prazo encerrado dia 30 de abril. No total, foram 128 trabalhos recebidos de várias partes do Brasil e do Mundo (Índia, Inglaterra, Estados Unidos, México, Espanha). A mesa mais concorrida foi *Desenvolvimento Econômico*, seguido de *Inserção Internacional e Emprego*.

Somente serão considerados, para efeito de avaliação pelo Comitê de Seleção, os trabalhos que guardem pertinência com os temas dos eventos. Serão selecionados um total de 40 trabalhos, que deverão integrar a publicação dos Anais, a ser feito em CD Rom. Dentre estes, serão classificados 20 trabalhos para apresentação na Sessão "Comunicações". O Comitê de Coordenação se responsabilizará por pagar, caso seja necessário, 8 passagens aéreas e 3 estadias (diárias de hotel no Rio de Janeiro) para os 8 primeiros colocados e 3 estadias (diárias de hotel) para os 12 outros autores classificados.

COORDENAÇÃO GERAL

- | | |
|---------------------------------------|--------------------------------|
| • Antônio Corrêa de Lacerda | e-mail: lacerda@cofecon.org.br |
| • Roberto Verriêr Castro (AEALC) | e-mail: anec@ceniai.inf.br |
| • Eduardo Mendes Callado | e-mail: coreconrj@ax.apc.org |
| • Luís Carlos Prado (IERJ) | e-mail: delorme@cofecon.org.br |
| • Adhemar dos S. Mineiro (Corecon-RJ) | e-mail: coreconrj@ax.apc.org |
| • Luiz Antonio Elias (Cofecon) | e-mail: elias@cofecon.org.br |

COMISSÃO DE SELEÇÃO DE TRABALHOS

DESENVOLVIMENTO

- Armando Di Filippo - Comissão Econômica para América Latina e Caribe - CEPAL
- João Paulo de Almeida Magalhães - Universidade Estadual do Rio de Janeiro e Conselho Regional de Economia - 1ª Região
- Juan Mario Vacchino - Sistema Econômico Latino-Americano - SELA
- Leonel Corona - Division de Estudios de Posgrado de la Facultad de Economía de la Universidad Nacional Autónoma de México
- Maria José Cyhlar Monteiro - Fundação Getúlio Vargas e Conselho Regional de Economia - RJ

INSERÇÃO INTERNACIONAL

- Otaviano Canuto - Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
- Reinaldo Gonçalves - Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Conselho Regional de Economia - RJ
- Viviane Ventura Dias - Chefe da Unidade de Comercio Internacional - CEPAL
- Eduardo Mayobre - Sistema Econômico Latino-Americano - SELA

EMPREGO

- Jorge Mattoso - Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas
- João Luiz Maurity Sabóia - Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Octávio Rodriguez - Instituto de Economía na Facultad de Ciencias Económicas y Administración del Uruguay

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO, VISITE A NOSSA HOME PAGE:
<http://www.rioeconomia99.org.br>

LOCAL DO EVENTO

- Hotel Glória - Rua do Russel, 632 - Glória - Rio de Janeiro - RJ

INFORMAÇÕES

- Corecon/RJ - Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ
Tel. (021) 224-0578 - Fax (021) 509-8121 - e-mail: info@rioeconomia99.org.br
- Gauche Eventos - Av. Rio Branco, 181 - Sala 501 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
Telefax (021) 262-1236 - e-mail: insc@rioeconomia99.org.br

INSCRIÇÕES E RESERVAS DE HOTEL

- Gauche Eventos - Av. Rio Branco, 181 - Sala 501 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
Telefax (021) 262-1236 - e-mail: insc@rioeconomia99.org.br

Alguns nomes nacionais e internacionais já confirmados:

Convidados Nacionais:

- Celso Lafer - Ministro do Desenvolvimento, Comércio e Indústria (a confirmar)
- Antonio Barros de Castro - Professor do IE/UFRJ
- Maria da Conceição Tavares - Professora Emérita da UFRJ
- Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães - Diretor do IPRI/MRE
- Theotônio dos Santos - Secretário de Relações Internacionais do Governo do Estado do Rio de Janeiro
- Wanderley Guilherme dos Santos - Professor do IUPERJ
- Tito Ryff - Secretário de Desenv. Econômico do Est. do Rio de Janeiro
- Carlos Antonio Luque - Secretário Adjunto de Planejamento de São Paulo
- Julio Sérgio Gomes de Almeida - Secretário Executivo do IEDI
- Renato Bauman - Diretor do Escritório da CEPAL/Brasília
- Ricardo Bielschowsky - CEPAL
- Rosa Maria Marques - Presidente da SEP e professora da PUC/SP
- João Damásio de Oliveira Filho - Presidente da ANPEC
- Adhemar Mineiro - DIEESE/Cofecon
- João Carlos Ferraz - Diretor do IE/UFRJ
- João Sabóia - Professor do IE/UFRJ
- Luiz Carlos Delorme Prado - Presidente do IERJ
- Reinaldo Gonçalves - Vice-presidente do CORECON-RJ
- Fábio Erber - Professor do IE/UFRJ
- Fernando Cardim - Professor do IE/UFRJ
- Paulo Nogueira Baptista Jr. - FGV/SP
- Maria José Cyllar Monteiro - FGV/RJ
- Antonio Maria da Silveira - FGV/RJ
- Otaviano Canuto - Professor da UNICAMP
- Jorge Mattoso - Professor da UNICAMP
- Antonio Prado - PUC/SP
- Victor Hugo Klagsbrun - Diretor do Mestrado de Economia da UFF
- Tânia Bacelar - Conselheira do Cofecon
- José Clemente de Oliveira - Conselheiro do CORECON-RJ
- José Graziano - Professor de Economia IE/UNICAMP
- José Pastore - Professor da USP
- Cândido Grzbowosky - IBASE
- Lia Vals Pereira - FGV/RJ
- Lauro Vieira de Faria - FGV/RJ

Convidados Internacionais:

- Joseph Stiglitz - Vice-presidente do Banco Mundial (a confirmar)
- José Antônio Ocampo - Secretário Executivo da Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL
- Bárbara Stalings - Diretora da Divisão de Desenvolvimento Econômico da Cepal
- Carlos J. Moneta - Secretario Permanente do Sistema Económico Latinoamericano - SELA
- Jan Kregel - Consultor permanente da UNCTAD e Professor da Università degli studi di Bologna e da Johns Hopkins University
- Viviane Ventura-Dias - Jefe de la Unidad de Comercio Internacional de CEPAL
- Jorge Kats - CEPAL
- Graciela Moguillanski - CEPAL
- Juergen Weller - CEPAL
- Armando Di Filippo - CEPAL
- Octávio Rodrigues - Instituto de Economia de la Facultad de Ciencias Económicas y Administración del Uruguay
- Juan Mario Vacchino - Director del Sistema Económico Latinoamericano - SELA
- Alicia Girón - Directora del Instituto de Investigaciones Economicas - UNAM
- Leonel Corona - Universidad Nacional Autónoma de México - UNAM
- Arturo Huerta - Universidad Nacional Autónoma de México - UNAM
- José Lopes Segrera - Consejero Regional de Ciencias Humanas y Sociales para America Latina y el Caribe - UNESCO
- Daniel Cludnovsky - Universidade de Buenos Aires
- John Cantwell - The University of Reading
- Samír Amin - Forum do Terceiro Mundo/Senegal
- Julio Carnanza - Unesco - Havana
- Axel Didriksson - Coordinador da Cátedra Unesco/Universidad y Integración (México)
- Javier Peres Peinado - Universidade de Barcelona - Espanha

— ABRE ASPAS —

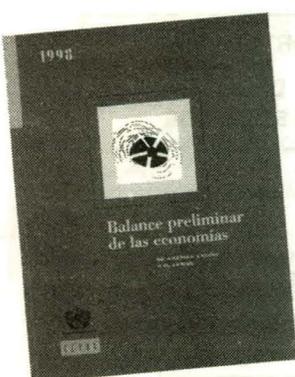
O DESMONTE DA NAÇÃO, organizado por Ivo Lesbaupin, faz um balanço do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. Segundo os autores – Ivo Lesbaupin, Fábio Konder Comparato, Paul Singer, Reinaldo Gonçalves, José Paulo Netto, Maria Lucia Werneck Vianna, Jorge Mattoso, Lúcia Neves, Sérgio Leite e Bernardo Kucinski –, nesses quatro anos a vasta operação de propaganda difundiu que a distribuição de renda havia melhorado, que o número de pobres havia diminuído e que a nação caminhava em direção à “modernidade”, ao “Primeiro Mundo”. O livro analisa o que aconteceu com a Constituição, com as políticas sociais, com a saúde, com a previdência, com a assistência, com o emprego e com os trabalhadores rurais. Editora Vozes, 199 páginas.



RETROSPECTIVA 1998, uma publicação da Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (Andima). Fundada em 1971, a meta do último ano foi estender ainda mais o apoio ao associado, já que o mercado financeiro exige, de quem o representa, eficiência na condução de seus interesses e sensibilidade para a questão dos custos. Existem duas maneiras de se viabilizar a redução de custos: a direta, com diminuição de tarifas; e a indireta, que implica a oferta de serviços a preços diferenciados e a criação de produtos que resultem em ganho nos negócios. A Andima desenvolveu ações em ambas as frentes. No primeiro caso, incluem-se a ampliação, para 25%, do desconto sobre a cobrança da custódia dos papéis registrados no Sistema Nacional de Debêntures (SND), resultando em uma redução média de 6,25% para cada emissor; e a queda do preço em até 40% para publicação de balancetes patrimoniais e quadros demonstrativos na Revista Andima. Em relação aos custos indiretos, a Associação agregou diversos produtos à Rede de Telecomunicações para o Mercado (RTM), incluindo um canal internacional que permite redução nas tarifas telefônicas e os bancos de dados de provedores expressivos, além do acesso ao bureau Andima/Cetip da Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication (Swift). 157 páginas.



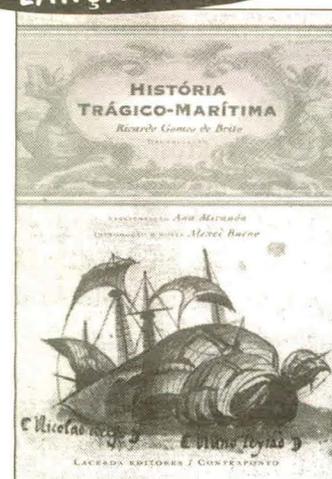
UMA NOVA RECESSÃO?, de Paul Krugman, é para todos os que desejam compreender os acontecimentos que se sucederam na economia globalizada de hoje. “Nos últimos dois anos, sete economias – que ainda são responsáveis por cerca de 1/4 da produção mundial, e que abrigam 2/3 de um bilhão de pessoas – enfrentaram quedas na atividade econômica que revelam sinistras semelhanças com a Grande Depressão. Agora, como naquela época, a crise irrompeu num tempo de bonança, com a maioria dos líderes prevenindo uma contínua prosperidade, mesmo quando as dificuldades já logravam ímpeto; hoje, como naqueles dias, a prescrição econômica convencional se revelou ineficaz, talvez até contraproducente.(...) E, embora a situação pudesse ter sido pior (e talvez ainda piore), o simples fato de algo assim ter acontecido no mundo moderno deveria ser motivo para calafrios em qualquer pessoa imbuída de senso histórico”, analisa o autor, que é catedrático de Economia do Massachusetts Institute of Technology. Editora Campus, 213 páginas.



BALANCE PRELIMINAR DE LAS ECONOMÍAS DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE – 1998. O ano de 1998 será lembrado como um dos mais complexos que a América Latina e o Caribe conheceram nos últimos tempos. Os efeitos da crise financeira internacional que atingiu primeiramente a Ásia em meados de 1997 foram severos e restringiram o acesso ao financiamento externo. A queda dos preços das exportações traduziu-se numa diminuição do valor das vendas externas dos países da região pela primeira vez no presente decênio, que provocou um novo abalo na conta corrente do balanço de pagamentos. Diante deste panorama externo sombrio, as autoridades econômicas demonstraram grande determinação para enfrentar a crise e despertar a confiança, aplicando políticas decididas nos âmbitos monetário, fiscal e cambial. Apesar de tudo isso, as economias da América Latina e Caribe mostraram um desempenho razoável, se considerarmos que o manejo macroeconômico tendeu a privilegiar a estabilidade. 108 páginas. Pedidos para o Corecon/RJ, tel. (021) 232-8178.

LIVROS EM VENDA DIRETA

LANÇAMENTO



História trágico-marítima
540 páginas
Bernardo Gomes de Brito (org.)
Preço com desconto: R\$ 28,00

A Contraponto oferece seus livros, em venda direta, com descontos médios de 30% sobre os preços de capa aos economistas associados. Você receberá os livros em casa, pelo correio. As despesas postais já estão incluídas. Entre em contato conosco.

A opção brasileira
César Benjamin, João Pedro Stédile, Reinaldo Gonçalves e outros
Preço com desconto: R\$ 13,00

O manifesto comunista – 150 anos depois
Daniel Aarão Reis (org.)
Preço com desconto: R\$ 13,00

O pensamento chinês – 416 p.
Marcel Granet
Preço com desconto: R\$ 28,00

A sociedade do espetáculo – 240 p.
Guy Debord
Preço com desconto: R\$ 19,00

Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura – 304 p.
Kwame Anthony Appiah
Preço com desconto: R\$ 23,00

Um mapa da esquerda na Europa Ocidental – 284 p.
Org. Perry Anderson e Patrick Camiller
Preço com desconto: R\$ 22,00

Um mapa da ideologia – 338 p.
Adorno, Jameson, Bordieu, Lacan, Althusser e outros.
Org. Slavoj Zizek
Preço com desconto: R\$ 24,00

O longo século XX – 408 p.
Giovanni Arrighi
Prêmio “Distinguished Scholarship” da American Sociological Association - 1995
Preço com desconto: R\$ 24,00

Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento – 496 p.
Ricardo Bielchowsky
Prêmio Haralambos Simeonides da Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia (Anpec)
Preço com desconto: R\$ 25,00

CONTRAPONTO

Tel. / Fax (021) 259-4957
Caixa postal 56066
CEP 22292-970, Rio de Janeiro, RJ
e-mail: contraponto@rio.nutecnet.com.br

PUBLICAÇÕES

As entidades dos economistas do Rio de Janeiro, dando prosseguimento à política de difusão da informação, editam trabalhos voltados para atualização profissional, questões do ensino e de pesquisas acadêmicas. São eles:

DESEMPREGO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA VIRADA DO SÉCULO - textos apresentados durante o seminário que discutiu a problemática do desemprego crescente.

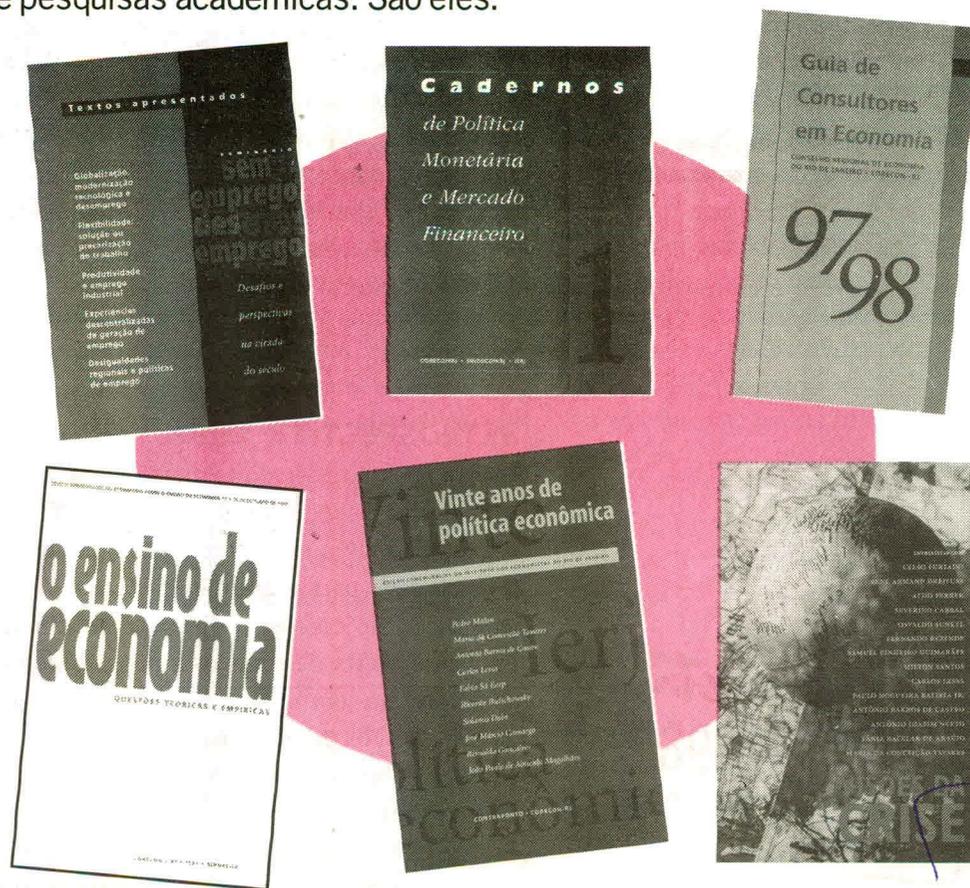
CADERNOS DE POLÍTICA MONETÁRIA E MERCADO FINANCEIRO - artigos de especialistas sobre as questões atuais envolvendo este setor econômico.

GUIA DOS CONSULTORES EM ECONOMIA - cadastro apurado das consultorias, que preserva a qualidade do trabalho dos profissionais da área.

ENSINO DE ECONOMIA - QUESTÕES PRÁTICAS E EMPÍRICAS - indispensável para professores e alunos da Economia e áreas afins.

VINTE ANOS DE POLÍTICA ECONÔMICA - coletânea de artigos que trata de diferentes aspectos da economia contemporânea brasileira.

VISÕES DA CRISE - coletânea de entrevistas realizadas pelo *Jornal dos Economistas*.



Os livros podem ser adquiridos na Biblioteca Eginardo Pires, na sede do Corecon/RJ. Exceto as publicações *Vinte anos de Política Econômica* e *Visões da Crise*, as outras são distribuídas gratuitamente. Mais informações: fone - (021) 232-8178, com Eduardo.

ENCONTRO

IV Encontro Nacional de Economia Política

Porto Alegre - UFRGS

Sociedade Brasileira de Economia Política

1, 2, 3 e 4 de Junho

O Encontro contará com a participação de nomes - nacionais e internacionais - consagrados na área econômica. De 1º a 4 de junho serão discutidos temas diversos: *Transição no Leste Europeu*, com Lenina Pomeraz (USP); *European Single Currency*, com Philip Arestis (University East London); *Democratização do Estado: a Experiência do Orçamento Participativo*, com Raul Pont, prefeito de Porto Alegre; *Rumos do Ensino de Economia no País*, com José Rubens Garlipp (ANGE) e Carlito Zanetti, e outros cursos de aprofundamento e sessões de debate. As entidades dos economistas do Rio de Janeiro estão apoiando o evento.

JORNAL DOS ECONOMISTAS
CORECON-RJ - SINDECON-RJ - IERJ

PORTE PAGO

DR/RJ
ISR 52.2246/86



IMPRESSO

Entregue aos Correios até 15.05.99